

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 10 DE SETEMBRO DE 2015

NÚMERO 6.884

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Jean Carlo Leutprecht
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Patrício Destro - Presidente
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Jean Carlo Leutprecht
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Jean Carlo Leutprecht

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 066ª Sessão Ordinária realizada em 18/08/2015..... 2</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 13 Ato da Mesa DL 13</p> <p>Publicações Diversas Extratos..... 14 Ofício 14 Portarias..... 15 Projetos de Lei 17 Propostas de Emenda à Constituição 20</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 066ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Fernando Coruja - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Níkolos Reis - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, na semana

passada este deputado, juntamente com o deputado Kennedy Nunes, estivemos em três estados do Brasil, em Amazonas, Rondônia e Roraima, para debater e discutir a proposta que esta Casa já aprovou de encaminhar ao Congresso Nacional uma alteração na Constituição Federal para alterar o Pacto Federativo. É um breve relato sobre a viagem que quero fazer aqui.

Nós estamos pretendendo com essa nossa proposta, alterar o Pacto Federativo. Nós percebemos que de maneira geral a compreensão do que é o Pacto Federativo é focada principalmente na questão de partilha de recursos. E deu para perceber isso nessa nossa caminhada.

Evidentemente, o Pacto Federativo envolve muito mais do que isso. É um pacto em que estados federados fazem um acordo, um contrato, e esse contrato está explicitado na Constituição Federal, no documento principal que rege o país, sobre a forma como se darão as relações entre a União, os estados, o distrito federal, os municípios, também as relações entre os Poderes, sobre qual a atribuição de cada um, qual a competência material e formal, ou seja, sobre o que cada um faz, o que cada um legisla. Então, envolve uma gama ampla de assuntos que são absolutamente importantes no contexto dessa relação.

Sabemos que a federação brasileira é frágil, porque o nosso pacto foi assinado, pactuado numa situação diferente do pacto americano. No pacto americano quem tinha o poder eram as províncias ou as colônias, que entregaram parcela do poder à União. No Brasil foi o contrário, pela Constituição de 1824, quando foi proclamada a independência, quem tinha o poder era a União. Em 1889 quando proclamada a República e em 1891 quando da primeira Constituição, essa federação foi feita de maneira contrária à americana. O poder era central, e uma força centrífuga, do centro para a periferia, entregou o poder aos estados federados. Mas sempre, nessas várias Constituições, o poder foi entregue de forma frágil. E hoje os estados federados, os municípios tem pouco poder, pouco recurso e pouca capacidade de legislar. Então, faz-se necessária uma mudança. Todos estão dizendo isso.

Há uma comissão no Congresso Nacional para tratar do Pacto Federativo, inclusive já há um relatório feito sobre essa questão.

Mas esse relatório - é bom que acompanhamos - divulgado, ele não trata, por exemplo, de questões fulcrais como essa competência legislativa das assembleias, dos outros entes federados, não trata de partilhar a competência, permanece a ideia de um poder

central que legisla sobre tudo. Esse compartilhamento do poder de legislar é o Pacto Federativo, nem foi tratado disso. Às vezes, há uma falta de compreensão achando que é somente do dinheiro que estamos tratando.

E nessa questão do dinheiro - vejam, por exemplo, a proposta que lá está colocada - o Fundo de Participação Estadual, que hoje compreende 21,5% do Imposto de Renda, do IPI, essa proposta é para aumentar em 22,5%. De 21,5% para 22,5%. Isso não é mudança! Essa mudança não é significativa. Eu quando vi o relatório, deputado Ismael dos Santos, lembrei-me de um livro de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, um italiano que escreveu o livro *Il Gattopardo*, mas no Brasil se chama *O Leopardo*, que conta a história da aristocracia italiana, onde existe um príncipe, que é um oportunista, o Falconeri, que diz, em determinada situação, que devemos mudar tudo para que tudo fique da mesma forma. Às vezes, tem que se fazer uma mudança para parecer que está mudando, para tudo continuar da mesma forma e para que o povo continue satisfeito. Esse livro foi imortalizado no cinema, com atores famosos, um filme belíssimo, assim como o livro. Então, precisamos mudar para mudar. É preciso mudar realmente.

Então, a nossa proposta, deputado Natalino Lázare, v.exa. que foi sub-relator e o relator foi o deputado Leonel Pavan, ela coloca uma alteração, por exemplo, na destinação de valores, de 10% ao longo de dez anos, 1% ao longo de dez anos. E ainda inclui outros tributos no bolo que compõe o Fundo de Participação dos municípios e dos estados. E muda a competência legislativa do art. 22 para o art. 24. Muitas coisas que são privativas da União passam para o art. 24 porque os estados precisam legislar sobre assuntos, como por exemplo, o transporte. O deputado Kennedy Nunes falou muito disso lá na Amazônia, é muito diferente o transporte fluvial da Amazônia do nosso transporte terrestre.

Então, é preciso ter leis estaduais regulamentando isso.

No Brasil há uma compreensão, sempre, de que na medida em que você vai em direção ao povo, as pessoas são incapazes de decidir e quem tem que decidir é quem está em nível central, se você é governador tem menos capacidade, deputado estadual menos, prefeito menos, vereador, então, não sabe nada. É preciso mudar essa concepção, evidentemente, isso é como criar um filho, se você não deixá-lo aprender, discutir, falar, que ele tenha autonomia, ele nunca vai evoluir. É preciso descentralizar o Poder.

Agora, nós temos uma discussão nesse projeto da reforma das regionais, estão querendo tirar o poder delas. É preciso fortalecer o poder das regionais e não tirar. As forças que discutem o Poder têm que ser centrípetas, tem que vir de fora para dentro, pressionar o governo, tem que vir do povo e não ao contrário.

Então, quero salientar que fizemos uma boa caminhada na região norte, eu e o deputado Kennedy Nunes. Tivemos um compromisso de que Rondônia, Roraima e Amazônia vão nos apoiar nessa tese. Hoje, o deputado Kennedy Nunes está no Paraná, amanhã iremos para o Rio Grande do Sul, daqui a dez dias iremos aos estados do nordeste, e queremos convidar aqueles que quiserem participar, para fazermos essas mudanças ou pelo menos propô-las e dizer que as assembleias querem apresentar uma proposta de mudança da Constituição. Não só querem como têm o direito e o dever, está no art. 60 do

inciso III da Constituição que as assembleias têm esse poder e, evidentemente, precisam participar.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero cumprimentá-lo e quero dizer que v.exa. tem razão, nós estamos juntos nessa caminhada. Parece-me que isso é o algo diferente que não aconteceu nos últimos anos ainda.

Eu lembro quando fui presidente da Fecam e v.exa. era o primeiro-vice, e Silvano Grasel era o ex-prefeito, e está aí agora e também era da nossa diretoria, desde a época nós lutávamos muito para a mudança do Pacto Federativo. O que é que aconteceu? Nada praticamente. Parece-me que alterou 0,5% do Fundo de Participação de estados e municípios. Eu não estou culpando o atual governo, mas os governos, porque o governo federal ao longo da história nunca deu essa prerrogativa.

Acho que as Assembleias Legislativas poderiam fazer a diferença no sentido de que tenhamos voz e vez para tratar desses assuntos nacionais importantes e que refletem aqui. Brasília resolve o problema de Arroio Trinta? Eles nem sabem, às vezes, que existe um município com esse nome. Nós sempre estamos mais próximos do problema.

Por isso, estamos juntos nessa caminhada, pode contar com este deputado, e tenho certeza que todas as assembleias legislativas irão se empenhar com certeza absoluta para que possamos fazer valer a nossa voz e nossa vez, bem como participar das decisões políticas brasileiras. Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É exatamente isso que levanta o deputado Natalino Lázare. É preciso que o poder seja descentralizado e descentralizado.

Às vezes, imaginamos, inclusive, que essa ideia de concentrar o poder, de deixar tudo centralizado - e estamos vendo os desmandos noticiados em Brasília dessas coisas todas, como a Operação Lava Jato e outras -, tem uma finalidade. Evidentemente. Quanto mais concentrado o dinheiro com essa ideia de que o outro na ponta da linha, aquele pequenininho, é o que não sabe fazer, às vezes, essa ideia, serve para concentrar o poder porque nós sabemos que o poder concentrado gera, de maneira geral, a corrupção. Quanto mais concentrado o poder, mais corrupção. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Eu gostaria, sr. presidente, de registrar as presenças - e dizer que o pessoal do oeste, hoje, invadiu Florianópolis -, do prefeito de Irati, sr. Antonio Grandi; do assessor jurídico, sr. Neodi; e do Silvano Grasel, que também foi prefeito do referido município.

Também gostaria de registrar a presença do sr. Cleverson Hoffmann, do município de São José dos Cedros e do sr. Samuel Rosa, do município de Romelândia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Nós damos as boas-vindas, e nos colocamos à disposição dessas lideranças importantes que se deslocam de suas cidades procurando a capital, o governo e a Assembleia Legislativa.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo, presidente, os deputados e a todos que nos acompanham nesta sessão.

Minha manifestação no dia de hoje se refere ao cancelamento dos jogos da Olesc, Parajesc, conforme noticiado pelos jornais que foi amplamente discutido neste final de semana. E reiteradamente a imprensa divulgou a indignação com relação ao cancelamento desses jogos.

Bem, a cada dois anos a maior competição de educação profissional do mundo reúne os melhores estudantes, selecionados em olimpíadas de educação profissional.

Neste ano foi realizado em São Paulo, de 12 a 15 de agosto, a primeira na América Latina, e teve a participação de 60 países. Nas provas, os competidores executaram tarefas do dia a dia das profissões que escolheram. Foram vencedores aqueles que executaram o trabalho nos prazos e com os padrões internacionais de qualidade.

O Brasil alcançou o melhor resultado da história do país nesta competição.

Com 27 medalhas a equipe brasileira foi premiada com 11 medalhas de ouro, dez de prata seis de bronze, seis certificados de excelência.

O Brasil conquistou 99 pontos e ficou a frente da Coreia do Sul e Taiwan, que garantiram o segundo e terceiro lugar, respectivamente.

Ao todo, o Brasil teve 31 medalhistas entre os 56 jovens competidores de 17 a 22 anos.

Dos 31 medalhistas, 25 competidores têm formação pelo Pronatec, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, incluído os 11 jovens que ganharam medalha de ouro.

Em 2011, na Olimpíada realizada em Londres, o Brasil conquistou o 8º lugar na classificação geral.

Em 2013, subiu para a 5ª colocação, na Alemanha.

Neste ano foram duas conquistas: aumentou o número de participantes e o Brasil conquistou o primeiro lugar.

O número de competidores subiu de 28 em 2011 para 56 este ano. Para o ministro da Educação Renato Janine a vitória do Brasil nesta competição é uma vitória do Pronatec.

Outra conquista do Brasil foram os Jogos Parapan-Americanos de Toronto (Canadá), que terminaram no último sábado. Os números finais traduziram a performance de uma potência esportiva, trata-se do melhor rendimento do País em toda a história do evento.

Das 257 medalhas do Brasil 109 ouros, 74 pratas e 74 bronzes.

Sendo que 96,8% dos atletas foram contemplados com programas do ministério do Esporte por meio da Bolsa Atleta ou da Bolsa Pódio.

O ministério do Esporte tem, ainda, dois convênios ativos com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Um deles, de R\$ 38 milhões é destinado à preparação e treinamento de seleções permanentes em 16 modalidades paraolímpicas.

Além dos recursos federais voltados diretamente para atletas por meio das bolsas. É um grande avanço para o esporte, para a pessoa com deficiência e para o Brasil.

Enquanto isso, deputado Leonel Pavan, em Santa Catarina o governo do estado

cancelou sem justificativa aceitável a 15ª edição da Olesc - Jogos da Juventude Catarinense, que já teve a realização de etapas Microrregionais em Xaxim, Braço do Trombudo e São Lourenço do Oeste.

Ainda no dia 30 de julho de 2015 a Fesporte confirmou a etapa da Olesc em Presidente Getúlio.

O governo apenas divulgou uma nota que os Jogos da Juventude Catarinense, Olesc, em todas as etapas, e Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina - Parajesc - na etapa estadual, foram canceladas em decorrência da falta de disponibilidade de alojamentos em algumas regiões.

Para os desportistas essa é uma atitude de desrespeito do governo do estado, pois já ocorreram etapas microrregionais. Há atletas treinando desde o início do ano, estudantes que recebem R\$ 200, R\$ 400 do bolsa-atleta que não vão conseguir prestar contas e vão deixar de receber o benefício ano que vem.

Esta decisão, portanto, de última hora vai causar prejuízo para os atletas, técnicos e professores. Uma competição não pode ser cancelada desta maneira. Quer dizer, são mais de 1.200 adolescentes, jovens e crianças afetadas pelo cancelamento do Parajesc e da Olesc.

O Parajesc em 2014 reuniu 340 paratletas de 39 municípios catarinenses nas modalidades de atletismo, natação, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, goalball, bocha paralímpica e judô.

Este ano a etapa nacional paraolimpíada escolar brasileiro vai ocorrer em Natal, de 23 a 28 novembro. Em um ano Santa Catarina é campeã nacional e no outro ano não participa, impossibilitando vários jovens e adolescentes de participar da competição. Essa decisão precisa ser revista.

Apresentamos nesta Casa, e será lido na Ordem do Dia, um ato de repúdio a esta decisão, fundamentando:

1 - pelo desrespeito aos atletas, professores e técnicos.

2 - pelo desrespeito ao Conselho de Desporto, que não foi ouvido, consultado.

3 - pelos argumentos nada convincentes, quais sejam: se é verdade que não há disponibilidade de alojamento em função da greve, pergunto: e as demais instituições esportivas ou salas de aula de escolas municipais e particulares, que não tiveram greve, não dão conta?

4 - Se o problema é financeiro que critérios foram utilizados para definir verbas a outros eventos, como nas competições já realizadas com verbas do estado? Está aqui, numa delas, R\$ 1,5 milhão empenhados, assim como no Desafio de Tênis, Ironmam, Copa Davis ou Cart.

5 - Será mesmo falta de recursos, ou falta de planejamento, pois que até 30 de junho, tudo estava aprovado, inclusive, a data das competições confirmada pela Fesport.

Queremos com isso, sr. presidente, lamentar profundamente esta decisão arbitrária, desmedida, injusta para com os atletas, técnicos e servidores na área do esporte em Santa Catarina, que tem se empenhado, tem se esforçado, e como se tem anteriormente, tem colocado o nosso estado em patamares de um estado de excelência em indicadores de competições nacionais. Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves

Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Leonel Pavan, convido o deputado Dirceu Dresch para fazermos uma troca já que o deputado Leonel Pavan não se encontra no plenário.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham, uma saudação.

Eu nesta tarde não podia deixar de vir a esta tribuna e fazer um comentário, sr. presidente, sobre o que eu vi neste final de semana pelo Brasil, especialmente sobre uma figura que fez uma fala pedindo a renúncia da presidente Dilma Rousseff. Esta figura tem-se transformado, diria, num garoto animador de torcida, que é o nosso ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele que há época quando saiu do governo estava com a popularidade mais baixa do que hoje a presidente Dilma está.

Então, é uma figura que não tem moral para fazer isso. Não tem moral para fazer isso pelo o que fez no Brasil e pelo o que representou para o povo brasileiro, pois o país, depois que ele saiu não tinha crédito para comprar um pãozinho de cada dia, para deixar os recursos, que era obrigado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando ele saiu teve que fazer um empréstimo de mais de R\$ 40 bilhões, do FMI. Tal que era o crédito do Brasil, com um Risco Brasil com mais de 1.400 pontos que o país enfrentava naquela época. Então, de fato, a população, com certeza, não quer voltar no tempo e ver figuras como esta voltar ao cenário político no Brasil.

Então, por isso, não poderia deixar de registrar isso no dia de hoje. Até acho importante que o próprio PSDB saia do muro e vá às ruas partidizar o movimento neste momento. Com certeza há um novo fato político neste final de semana e muita gente que dizia que este movimento, já na outra mobilização, era um momento partidário, e tal, agora, está claro que é um movimento articulado, inclusive com dados, em jornais, fora do Brasil, dizendo que é uma articulação feita, inclusive com os Estados Unidos.

Eu já falei isso aqui na tribuna por vários momentos e não tenho nenhuma dúvida de que este grande movimento que estamos vivendo no Brasil hoje para tirar o Partido dos Trabalhadores e a presidente Dilma do governo está no centro da disputa os grandes recursos naturais.

E o centro da disputa é essa coisa horrível que vem se construindo no país, neste querido, bonito Brasil, extraordinário país, que é este ódio, esta violência que está vindo nesta disputa rancorosa que está sendo feita nestes últimos tempos.

E, com certeza, o terceiro turno não acabou ainda, que o PSDB instalou no Brasil, e agora estão indo para a rua defender o golpe.

Esperamos, nós queremos fazer a próxima disputa em 2018, nas urnas, não na rua e no golpe. É importante, reconhecemos, sempre fizemos isso, sempre fomos para a rua, sempre nos mobilizamos, sempre reivindicamos. Dia 20 nós estaremos de volta, na rua, para garantir a democracia neste país.

Só quem sabe o que foi o período da crise política brasileira, de mais de 20 anos, da ditadura militar no país, no período ditatorial. Muitos eu vi ir para a rua com cartazes, pedindo a volta da ditadura. Não sabem, com certeza, o que foi e o que doeu a ditadura para milhares e milhões de brasileiros que foram

torturados. Muitas famílias, até hoje, não sabem onde estão os seus entes queridos, inclusive aqui em Santa Catarina.

Então, nós queremos fazer, sim, o debate político, nós queremos, sim, discutir um projeto cada vez mais voltado ao povo brasileiro, ao Brasil, e não fazer um debate interesseiro, com projetos pessoais. Queremos construir, e continuar construindo um projeto de Brasil.

Nós, inclusive, queremos lembrar rapidamente um dado que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, nos últimos dias, estão trazendo, que é um dado, para mim extremamente importante. O que era o Brasil do governo Fernando Henrique e o que é o governo do Partido dos Trabalhadores, do presidente Lula e, agora, da presidente Dilma.

O presidente Fernando Henrique entregou o Brasil mais pobre do que assumiu. Nós tínhamos um PIB de 530, quando ele assumiu, em 94, e nós tínhamos um PIB de 504 quando ele saiu. E hoje o Brasil, e esta é a diferença, tem um PIB de R\$ 2.3 trilhões. E mesmo com isso tudo, baixando o Produto Interno Bruto do país, mesmo com a entrega de mais de 100 bilhões das estatais.

Então, me revolta quando vejo uma figura como o ex-presidente, o que ele fez no país quando foi presidente, agora querer vir dar conselho para outros, inclusive pedir a renúncia da presidente Dilma.

Reconhecemos que temos problemas com a crise econômica, temos hoje instalada no Brasil uma crise política, que depende da grandeza dos nossos homens e mulheres públicas do país, inclusive a figura do ex-presidente Lula e do ex-presidente Fernando Henrique, esta crise política do país será mais profunda ou menos profunda.

Então, é um alto risco, na nossa avaliação, forçar uma profunda crise política. Isso, sim, é uma crise mais demorada do que uma crise econômica. Quero registrar, neste momento, toda esta perspectiva que o Brasil construiu nesses últimos anos, elevando 44 milhões de brasileiros para a classe C, tirando 38 milhões de brasileiros da miséria, da pobreza e da fome. Isto tudo nós construímos nestes últimos anos.

Portanto, não podemos aceitar estas provocações, esta lógica do terceiro turno, que hoje vai para as ruas exigir o *impeachment* ou incentivar o golpe.

E nós, inclusive, queremos trazer novamente um debate, onde estavam os programas, como hoje nós temos o Minha Casa Minha Vida, o crédito para a agricultura familiar, para a micro e pequena empresa, onde estavam?

A questão da Educação, que nós tínhamos 500 mil jovens nas nossas universidades, hoje passamos de 7.300 milhões jovens nas nossas universidades. Além disso, todo o caos de pobreza estava instalado em nosso querido Brasil, onde passavam fome e dificuldade.

Então, é isso que nós queremos trazer para a pauta e dizer que não precisamos hoje de um garoto animador de torcida que vá para as ruas. Nós precisamos é de homens e mulheres que tenham a grande responsabilidade com esse nosso país, ajudando a discutir e construir um projeto. Isso nós queremos debater a qualquer momento. Agora, não no golpe, mas no debate político, no debate das eleições e no debate da melhoria do nosso querido Brasil.

Era isso que eu queria trazer aqui hoje, sr. presidente como reflexão da grande responsabilidade que nós também temos

enquanto lideranças, enquanto deputados de olhar par o nosso estado, olhar para o nosso Brasil e trabalhar com muita seriedade, com responsabilidade que o povo catarinense e brasileiro merece.
Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim das Breves Comunicações.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, o assunto que pretendo abordar aqui diz respeito a questão do serviço de Samu - Serviço de Medicina de Urgência de Santa Catarina.

O governo estadual discute a possibilidade de alterar o modelo hoje vigente no nosso estado de funcionamento do Samu. E basicamente a argumentação do governo é que é preciso diminuir o custo daquilo que se gasta com o Samu. Hoje nós temos oito centrais de regulação no estado, mas se pretende implantar uma única central de regulação em Florianópolis, sob a alegação de que essa mudança de modelo pode fazer com que o governo economize perto de R\$ 1,9 milhão ao mês. A pergunta é: Se essa mudança, primeiro, vai ser capaz de reproduzir o modelo, até então existente, com a mesma eficácia e a mesma eficiência?

Nós estivemos, ainda hoje pela manhã, reunidos com o dr. Cesar Augusto Soares Nitschke, que foi quem trouxe da França um pouco da ideia do Samu que foi implantada em Santa Catarina. E quais são as preocupações que se está tendo, primeiro sobre a questão do funcionamento com a ideia de centralização. Num primeiro instante parece simples, quer dizer, o que faz o médico regulador e aquelas pessoas que atendem lá. Houve as demandas, é onde a questão está localizada, orienta a pessoa que vai fazer o atendimento, faz com que ela localize o ponto onde tem o problema, depois orienta um eventual deslocamento para o hospital ou alguma outra unidade.

Entende o dr. Cesar que, em primeiro lugar, haverá uma dificuldade muito maior na localização correta da ocorrência. Num primeiro instante parece que o mapa digital permite que se localize a ocorrência facilmente. Mas não é bem assim. Muitas vezes você tenta localizar um bairro, uma rua no GPS e não acha a informação adequada. Até algumas pessoas que discutem esse tema acham que haverá até o aumento do tempo do atendimento. Então, sem a noção espacial de onde está localizado o problema, a escolha adequada pelo médico do que fazer ou para onde encaminhar o paciente tende a ser retardada.

Outra questão diz respeito ao atendimento em si. Sabemos que o médico regulador tem a função de orientar a equipe de atendimento, muitas vezes para dizer se o atendimento será feito pela equipe base em casa ou se o paciente deverá ser encaminhado ao hospital. Quando o médico regulador está na própria região, ele tem um conhecimento muito maior da equipe que faz o trabalho, como também da equipe que está no hospital recebendo os pacientes, e tem condições de avaliar com mais clareza se aquele atendimento pode ser feito pela equipe lá na ponta da linha ou se deve ser encaminhado ao hospital. Há casos em que ele precisa debater sobre o atendimento com o médico que está no hospital,

porque é necessário encontrar uma vaga para internação, e muitas vezes não há.

Pode acontecer de não entenderem o que a pessoa está dizendo na ponta da linha. Em Santa Catarina, há regiões onde se fala o alemão, em que os sobrenomes são alemães, o nome das ruas está em alemão. A pessoa comunica para o regulador aqui em Florianópolis e ele não consegue nem entender o nome da rua para achar no GPS. Há problemas dessa ordem.

Na questão da economia, o levantamento feito pelo professor Cesar mostra que, se o estado tivesse feito todas as qualificações necessárias, o governo teria economizado R\$ 8 milhões. E, depois, se utilizassem os consórcios intermunicipais de saúde, que é a proposta mais forte que tem esse grupo, essa despesa poderia diminuir pelo menos R\$ 30 milhões com relação ao gasto que há hoje.

Além disso, há um risco colocado de que se não houvessem essas centrais descentralizadas, como é a tendência do mundo inteiro, o próprio estado passaria a perder recursos provenientes do Programa de Medicina de Urgência e Emergência dos Hospitais e do Programa da Rede Cegonha, que exigem as redes descentralizadas.

Estou apenas aqui levantando esse problema. Haverá um debate, uma audiência pública, no dia 31, sobre essa questão. E vamos nos aprofundar no assunto para encontrar a melhor solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Estava lendo, há pouco, uns dados na mídia sobre índices de aprovação e reprovação da Presidência do Brasil. o melhor índice de aprovação da presidente Dilma Rousseff foi 8% e do Fernando Henrique Cardoso foi 26%. Quanto ao índice de reprovação, o Fernando Henrique Cardoso teve 36% e a Dilma Rousseff teve 71%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Dalmo Claro, pelo tempo restante de sete minutos.

O SR. DEPUTADO DALMO CLARO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL.

Rapidamente, quero comentar que realizamos dia sete de agosto, em Joinville, uma audiência pública, para discutir a estrutura, a organização dos hospitais da região norte de Santa Catarina, basicamente, a região de Joinville e municípios vizinhos. Uma audiência concorrida com mais 170 pessoas que assinaram a lista de presença, presença do secretário de estado da Saúde, João Paulo Kleinübing, prefeitos, vereadores, presidentes de Câmaras, foi o início de uma discussão sobre a situação, sobre as carências, sobre as dificuldades e perspectivas futuras para a situação hospitalar daquela região. O ritmo de crescimento da população lá é bastante elevado, tanto de Joinville como dos municípios vizinhos, em situação de industrialização, como Araquari, Garuva, Barra Velha. O crescimento dos portos de São Francisco do Sul, Itapoá. Nós temos que nos antecipar a esse crescimento, prevendo a estrutura hospitalar necessária, uma vez que a atual já não é suficiente

para atendimento da população. Ela já está aquém em números de leitos, em número de leitos de UTI, de salas cirúrgicas, etc.

Um dado a mais que vem se acrescentar, inclusive, de uma reunião que tivemos, ontem, com o vice-governador, com o presidente do nosso partido, Valdir Cobalchini; com o deputado federal, Mauro Mariani; nós, secretário de Desenvolvimento Regional; com o prefeito de Joinville, por uma situação de dificuldade que a prefeitura enfrenta, mantendo um hospital municipal de grande porte. O hospital municipal São José de Joinville é o maior hospital da região, maior que o hospital regional, que é estadual, da mesma cidade. E o prefeito tem um comprometimento, no momento, do orçamento municipal com a saúde de 37,5%, deputado Natalino Lázare. Então, isso inviabiliza investimentos em infraestrutura, principalmente, do município.

Então, o prefeito pede ajuda, sugere auxílio do governo do estado. Sabemos também da dificuldade do governo de ampliar a sua rede hospitalar, pelos recursos que já aplica ali. Então, é uma discussão que se abre. Nós demos um tempo para que as instituições e pessoas lá presentes nos enviem por escrito sugestões e avaliações sobre a situação hospitalar da região. A comissão de Saúde, desta Casa, irá compilar essas sugestões e opiniões. E, posteriormente, apresentaremos um relatório que estará disponível na comissão de Saúde e às pessoas que lá compareceram.

Eu gostaria também de aproveitar para registrar o falecimento de um colega, médico, pessoa de uma família de médicos da região norte, Joinville, doutor Aluisio Pires Condeixa - que tinha o mesmo nome do seu pai, já falecido - e que veio a falecer por complicações cardiovasculares, hoje. Quero registrar o nosso pesar e a solidariedade à família, amigos e a classe médica de Joinville e região, pelo passamento do doutor Aluisio Pires Condeixa.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Vou dividir meu tempo com o deputado Maurício Eskudlark, exímio conhecedor e atuante na área da Segurança Pública de Santa Catarina.

Quero, sr. presidente, falar sobre dois temas: Primeiro tema diz respeito ao Plano Federal de Educação, Plano Estadual de Educação e aos Planos Municipais de Educação. E aí faço menção ao deputado Valdir Cobalchini, presidente da comissão de Educação que, juntamente, com os seus membros, Luciane Carminatti e outros, estão percorrendo Santa Catarina, deputado Dirceu Dresch, tratando de discutir em audiências públicas o Plano Estadual de Educação.

Muito importante esse contato com o público, com as autoridades, sobretudo com os educadores, professores e autoridades na área da Educação, porque a educação é a essência de tudo, se nós queremos e, nós queremos efetivamente, mudar a nossa sociedade, mudar definitivamente o nosso país, nós precisamos investir e, fundamentalmente, mudar os padrões e os conceitos da nossa educação.

E ao analisar o Plano Estadual e o Plano Nacional de Educação eu vi duas perspectivas interessantes. A primeira que o Plano Federal e o Estadual tratam - apesar de

parcialmente, porque esse plano é para dez anos -, da perspectiva de nós implantarmos a escola em tempo integral no Brasil. E o outro viés é que o Plano Federal e o Plano Estadual tratam, no período desses dez anos, de um percentual, parece-me de 40%, 50% ou 65%, da implantação do ensino médio profissionalizante. Mas essa meta é um pouco tímida porque se em dez anos nós não conseguimos efetivamente implantar em Santa Catarina, talvez no Brasil um pouco difícil, mas na região sudeste, sul, Santa Catarina, transformarmos todas as escolas em tempo integral, nós estaremos perdendo o bonde da história. Assim, da mesma forma, eu afirmo sobre o ensino médio profissionalizante. É um absurdo os jovens com 16, 17 ou 18 anos estarem se graduando no ensino médio e nós ao perguntarmos a eles qual é a sua profissão, eles simplesmente digam que fizeram o segundo grau, o núcleo comum. Isso é um absurdo!

A Alemanha marcha em outros caminhos da formação profissional há décadas, por isso é o que é. Por isso, está onde está. Então, nós precisamos de metas arrojadas e nós não podemos perder a perspectiva e a necessidade premente de conquistarmos a escola em tempo integral para que a criança não fique apenas um período na escola e no contraturno fique nas ruas, nas mãos dos bandidos. Com um ensino médio profissionalizante você aumenta sua renda ou cria o seu negócio e acaba gerando empregos e aquecendo a economia.

Em relação à Saúde, e quero dizer que o deputado Dalmo Claro tem atuado fortemente, fez reuniões, audiências públicas, e é um exímio conhecedor da área da Saúde em Santa Catarina e no Brasil.

Mas estive com o secretário de estado da Saúde, João Paulo Kleinübing, tratando de dar celeridade à liberação de R\$ 5 milhões para melhorarmos a saúde de Joinville. O deputado Antônio Aguiar tem atuado muito fortemente no referido município, por isso agradecemos a sua ajuda. Assim, temos R\$ 1,8 milhão para a UTI do Hospital São José; R\$ 1,2 milhão para unidades básicas e R\$ 2 milhões para o PA Sul.

O governador João Raimundo Colombo para fazer justiça tem liberado verbas constantemente para o município de Joinville. Tem tratado bem a nossa prefeitura e a nossa cidade, fato esse que nós agradecemos. Agora, o prefeito Udo Döhler precisa fazer a sua parte, durante a campanha ele disse que não faltava dinheiro, faltava gestão. Isso está gravado, está na mídia, está nos jornais, talvez ele tenha afirmado algo sem conhecimento, eu acredito que seja isso, porque ele é um homem dito de boas intenções, mas se gasta 37% do orçamento na Saúde, então, continua não faltando dinheiro, continua faltando gestão, deputado Antônio Aguiar. Não tem gestão. Em dois anos e meio nós estamos na terceira secretária da Saúde, imagine se nós na direção de uma empresa ou de um hospital trocarmos em dois anos meio três vezes a sua direção. Não dá, não anda, não funciona, é amadorismo.

E aí é preciso dialogar com os servidores e é preciso, sobretudo, cumprir as determinações judiciais e dialogar com a Justiça, com o Judiciário.

Então, estamos preocupados. O Hospital São José está há quase um mês de greve. Pessoas morrendo nos corredores, pessoas morrendo nas filas, faltam medicamentos nos postos de saúde, falta de médicos nos postos de saúde. E aonde é que está o grande gestor e a gestão? Não estamos

vendendo. Mas estamos torcendo, deputado Antônio Aguiar, estamos ajudando para que o prefeito Udo, quem sabe, possa se reencontrar ou possa se encontrar nessa reta final da sua gestão, porque sempre o ajudei e sempre vou ajudá-lo, porque quero o bem da minha cidade, Joinville.

Deputado Maurício Eskudlark, cedo os sete minutos a v. exa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - O restante do tempo do PSD é destinado ao deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente, muito obrigado colega deputado Darci de Matos, público que nos acompanha na nossa Casa Legislativa.

Quero fazer um comentário sobre a fala da deputada Luciane Carminatti, que abordou o tema da Oleesc.

Ouvi um protesto do esporte de Santa Catarina, e concordo nesse ponto. Eu acho que não podemos suspender a Olimpíada Escolar em Santa Catarina que é uma frustração para muitos jovens.

Nós sabemos do cuidado do governo do estado dos cortes que sendo feitos, para se adaptar a arrecadação, a economia que enfrenta sérias dificuldades. E vejo aqui até na capa do jornal. A equipe de Guaraciaba que tem uma escola de formação de vôlei, deputado Manoel Mota. E essas meninas, já conquistaram vários títulos estaduais e nacionais, sendo um celeiro na formação do vôlei feminino.

Esses jovens disputam os jogos municipais, os regionais na expectativa de participar dos jogos estaduais. E é importante que o secretário de Esporte, que é a Fesporte, como um todo, reveja essa situação. Sabemos das dificuldades que o estado está enfrentando e a preocupação do governador Raimundo Colombo, do secretário da Fazenda, com o controle das finanças públicas.

Mas alguns eventos como na área da saúde, na área do esporte, na área de segurança tem que ter suas prioridades.

Recebi diversas manifestações e venho aqui endossar as palavras desta Casa no sentido de que os jogos estaduais sejam realizados. Que encontrem uma maneira, se que façam de uma forma mais enxuta, se busque uma solução, mas que, efetivamente, tenhamos a realização desses jogos.

A nossa situação econômica, a situação de Santa Catarina é uma situação privilegiada, se considerarmos o estado do Rio Grande do Sul, as dificuldades que aquele estado encontra hoje não conseguindo nem pagar a folha de pagamento. Mas algumas situações devem ser analisadas e os cortes, só em último caso devem ocorrer. É o caso que eu entendo para os jogos da Oleesc e para os jogos estudantis e o próprio Parajasc que também tem o risco de não ocorrer.

Então, o nosso pedido ao secretário, à Fesporte para a revisão dessa questão.

Acompanhei aqui também as manifestações na última semana, algumas mobilizações pelas redes sociais. E a população no domingo foi para as ruas.

Não foi partido nenhum, tanto que o Aécio Neves tentou participar de uma manifestação e lá foi ofendido, foi vaiado, porque a população não está contra esse ou aquele partido.

Claro, que está contra o PT que tem o governo Nacional, porque agora que foi institucionalizada a corrupção.

A revolta é com a situação econômica, mas é principalmente com a corrupção nesse país que foi institucionalizada, nesses governos Lula e Dilma.

A revista *Isto É* desta semana traz na capa a manchete: "Conexão Cerveja - Os maiores indícios da propina no petróleo nas campanhas de Dilma." E o Lula bebendo na capa.

Todos já sabem que o homem tem a história que bebe. Entre o pessoal do petróleo ele era conhecido como Brahma. Aí, o cara ainda vai, na inauguração de uma fábrica de cerveja tirar foto com um copo de cerveja na mão.

Foi falado aqui do Fernando Henrique Cardoso, é um estadista. É um ex-presidente que sabe se portar.

Agora, pegar um presidente que seguidamente tira foto dele com um copo de pinga, com um copo de cerveja, é o fim do mundo. Se fosse uma pessoa séria, que fora do horário agisse com correção, mas nunca este país enfrentou tanta corrupção. Eu até acho que o Aécio Neves teve sorte, porque se ele ganha a eleição hoje estavam nas ruas querendo tirá-lo do governo, porque o jeito que estava, que a presidente dizia que não iriam aumentar a gasolina, que não iriam aumentar a luz. Antes da eleição era o país das maravilhas. E se outro ganha, hoje eles estariam lá dizendo que foi o que entrou que não sabe administrar, que não sabe fazer.

O povo está revoltado é com a corrupção, o povo quer saúde, o povo quer educação.

É inadmissível que um trocador de dólares do Paraná como o Alberto Yossef mandasse nesse país, levasse dinheiro em mala. Até o sobrenome é parecido, pura coincidência.

Mas é inadmissível o que aconteceu neste país. Nós não podemos ainda ver as pessoas nos vir dizer que o povo brasileiro está sendo orientado pelos Estados Unidos, que é golpe para derrubar o governo.

Que golpe? Golpe na população, golpe no Fies. Falou aqui do Minha Casa Minha Vida. Nos grandes centros o Minha Casa, Minha Vida por falta de investimento e segurança está ocupado por marginais que estão tirando as famílias de bem, de suas casas e escolhendo quem eles colocam lá dentro. O crime organizado loteando a distribuição do Minha Casa, Minha Vida.

Infelizmente, este Brasil precisa de uma solução emergencial, porque o crime está institucionalizado no governo e a criminalidade tomando conta das ruas. Alguma coisa tem que ser feita.

Santa Catarina ainda é um paraíso dentro do que estamos vivendo nesse país.

Dizer que é culpa da corrupção, tudo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria, hoje, aproveitando o horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, de trazer a esta tribuna uma experiência administrativa que julgo extremamente positiva e importante, até em meio a essa turbulência toda, para mostrar aquilo que de positivo que está sendo

construindo em um dos municípios do interior do nosso estado, que é o município de Itapiranga.

Eu tive a oportunidade de estar no município de Itapiranga neste último final de semana, onde já está em fase de construção 100% do tratamento de esgoto daquela cidade. Talvez seja um dos poucos, talvez seja o único município da federação que possa neste prazo curto de tempo ter 100% de tratamento de esgoto. Um projeto que envolve recursos na ordem de R\$ 2,6 milhões.

Não é um volume tão alto pela importância que simboliza e significa o tratamento de esgoto. Um volume razoável e que vai ser investido para dar cobertura a 100% do tratamento de esgoto daquele município.

Itapiranga tem-se destacado nesse sentido, porque se iniciou todo um processo de seleção da coleta do lixo, dando aos dejetos os seus destinos verdadeiros e necessários. A prefeitura fez isso, todo esse trabalho de conscientização, trabalho que envolveu inúmeras lideranças e que foi implantando esse processo seletivo da coleta do lixo.

Além disso, agora, neste último ano, o município conseguiu, deputado Maurício Eskudlark, 100%, levar água encanada, tratada, para todas as famílias que reside naquele município. Outro avanço extraordinário, sabendo da importância da água e, principalmente, dentro da própria casa, da residência.

Então, três aspectos extraordinários que tem reflexos na questão da qualidade de vida, na saúde e no bem-estar da família e da população, que é a coleta de lixo, levar a água tratada e canalizada a todas as residências, e agora este outro projeto que já está em execução, que vai fazer a coleta e o tratamento de esgoto de toda a cidade, tendo em vista de que Itapiranga está basicamente, não só ao lado, podemos dizer em cima de uma das maiores bacias que por lá passa o rio Uruguai, aliás, sob o rio Uruguai está a grande reserva subterrânea de água, que é o Aquífero Guarani.

Portanto, tem que se ter um cuidado redobrado no cuidado dessa água, principalmente, no que se trata dos dejetos humanos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa., deputado Padre Pedro Baldissera, e até porque tem sido um ferrenho defensor das questões ambientais lá e do Aquífero Guarani, e pedir desculpas, na minha indignação, e até reconhecer esse exemplo que v.exa., está apresentando de Itapiranga. Sabemos que é muito bem administrado, é administrado pelo Partido dos Trabalhadores.

O município de São João do Oeste, outro município que vemos uma sintonia com a população, e quando falei da minha indignação com a questão a nível nacional, quando falei em partido, todos os partidos tem problemas, quando eu falei do PT.

Mas quero dizer do meu reconhecimento pela integridade das pessoas do partido, principalmente, nesta Casa, de v.exa., e de todos os pares do PT. Temos grandes exemplos de preocupação com o bem-estar público, com a preservação dos bens e da população catarinense e, realmente, reconhecer esses bons exemplos em Santa Catarina que v.exa. está colocando. O meu respeito por toda a Bancada e por todos aqueles de todos os partidos que fazem o bem, como a nossa revolta com todos aqueles que fazem o mal.

Parabéns pelo vosso pronunciamento.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado pela deferência, deputado Maurício Eskudlark.

Mas também gostaria de colocar aqui que um levantamento feito pela ONU prevê que em 2030 o planeta vai precisar de 40% a mais de água. Portanto, só este levantamento, esta constatação, remete a outra grande preocupação para todos nós. É como trabalhar o reuso da água no nosso planeta, na nossa sociedade? E este, eu não tenho dúvida nenhuma, vai ser um dos grandes desafios de todos nós, de toda sociedade mundial para os próximos anos, de como utilizar a água, a preservação das fontes, nascentes, o cuidado com ela, e principalmente naquilo que fizemos referência, o trato da questão do esgoto em todos os nossos municípios da federação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Solicito ao sr. deputado Padre Pedro Baldissera que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB.

Com a palavra, o sr. deputado Leonel Pavan, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Srs. deputados e deputadas quero dizer da minha alegria em poder usar mais uma vez a tribuna desta Casa.

Eu ouvi dois pronunciamentos, dos deputados Dirceu Dresch e Maurício Eskudlark, que falam sobre o momento político do Brasil. Mas eu vou deixar para falar sobre este assunto amanhã, para trazermos aqui números exatos, para fazermos uma comparação de um governo que já está no poder pelo terceiro mandato. O presidente Lula pegou o governo andando, caminhando, voando, bem diferente de quando Fernando Henrique Cardoso pegou o governo, o Brasil atolado em dívidas e com uma grande inflação.

Se a presidente Dilma não está indo bem é porque deve ter pego do presidente Lula um governo à beira do caos. Mas isso vou deixar para falar amanhã.

O que eu quero me referir aqui, também, é ao assunto que a deputada Luciane Carminatti falou, sobre os Joginhos de Santa Catarina, os Jogos da Juventude e do Parajesc. Também o deputado Maurício Eskudlark se referiu a este assunto.

Sr. presidente, os Jogos da Juventude do estado de Santa Catarina são uma conquista de muitos anos, uma conquista de governos responsáveis, uma conquista de governos imbuídos em projetar vidas e dar segurança na saúde desportiva para muitos adolescentes do nosso estado.

Nós tivemos grandes conquistas, tivemos méritos imensuráveis referentes aos Joginhos, que fizeram de Santa Catarina um estado promissor e revelador de grandes atletas.

Os Jogos da Juventude Catarinense surgiram em 2001. Mas infelizmente no ano de 2015 paralisaram as conquistas e os sonhos de milhares de jovens que buscam mostrar suas qualidades e representar bem suas cidades, seu estado, mas acima de tudo para orgulharem seus familiares e amigos. Na última edição, no final de 2014 em São Paulo, a delegação catarinense foi campeã superando

São Paulo e o Rio de Janeiro. Porém, este ano lamentavelmente foi cancelada. E em função desse cancelamento Santa Catarina não poderá defender o título conquistado no ano passado.

Imagina a situação dos jovens atletas do Parajesc, o quanto eles imaginaram vestirem as cores do seu estado, da sua cidade, da sua escola. Imaginem o quanto esses adolescentes sonharam, treinaram, planejaram para poderem despontar e orgulhar o nosso estado. O que dizer? Que o governador é responsável por isso? Claro que não! Quem é o responsável? Uma equipe despreparada, um comando desqualificado que, infelizmente, usa uma estrutura, uma secretaria de um governo, e se orgulha de suas conquistas, que se orgulha de ser um estado diferente na economia, mas não pode falar de apenas uma de suas secretarias, porque sequer consegue colocar novamente Santa Catarina na mídia nacional pelas conquistas de suas medalhas, de suas atividades esportivas, de jovens adolescentes que começaram muito cedo nas suas escolas e foram selecionados para defender o seu estado.

Está tudo cancelado, porque não tem alojamento. Não dá. O que vamos dizer? Quando as coisas estão bem as pessoas vão à mídia e falam com orgulho, mas nesse caso, aparentemente pequeno para o estado, mas muito grande para o social desses adolescentes, ninguém fala nada.

Onde estão aqueles que se orgulham, que defendem o estado? O que dizer desse descaço para com os atletas do Parajesc, com os adolescentes, com os jovens que sempre orgulharam o estado de Santa Catarina?

Muitas vezes assomamos esta tribuna para bater palmas, e continuarei batendo palmas para o governo quando das suas conquistas na infraestrutura, na cultura, na economia. Mas nesse caso precisa haver uma vaia à secretaria de Turismo, Cultura e Esporte. Até quando o governo vai continuar dessa forma? Deixando passar prazo nos recursos, deixando em dúvida algumas licitações, paralisando atividades esportivas, prejudicando os atletas, os adolescentes? Falamos em São Paulo, recentemente, das conquistas do governador Geraldo Alckmin, mas fomos surpreendidos agora com a notícia de que os Jogos da Juventude, em que fomos campeões no ano passado, superando São Paulo e o Rio de Janeiro, estão paralisados. Aparentemente é uma coisa pequena, mas não é assim. Não é uma coisa pequena para aqueles que treinaram, sonharam, planejaram sua viagem. Essas pessoas estão decepcionadas. Foram penalizados pela falta de planejamento.

Outro dia vi uma nota defendendo o secretário, mas agora como defender uma secretaria que nos surpreende negativamente a cada ato que acontece. Um caso como esse precisa ser alardeado. A deputada Luciane Carminatti e o deputado Maurício Eskudlark levantaram esse assunto. Nem sempre o PSDB e o PT discordam nas ideias. Nesse caso estamos caminhando juntos em defesa desses atletas que sonharam em comemorar suas vitórias. Quando são campeões, são encaminhadas moções parabenizando-os. São heróis, atletas que orgulham o estado. Faz-se sessão para homenageá-los.

Parece que a deputada Luciane Carminatti já foi para a Fesporte participar de uma reunião em que discutiram sobre esse cancelamento. Espero que ainda revejam essa ignorância social que a secre-

taria está demonstrando com esse grande descaso para com os atletas catarinenses. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação.

Com a ausência de deputados que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a ausência de deputados que queiram fazer uso da palavra, encerramos o horário destinado aos partidos Políticos.

Tendo em vista que faltam 11 minutos para a Ordem do Dia, esta Presidência suspende a sessão...

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu queria pedir vênha se haveria condições, aproveitando estes dez minutos que faltam para o horário regimental da Ordem do Dia, pois tenho um vídeo para apresentar na viagem pelo norte, daquele Fórum das PECs. Não sei se haveria condições de eu poder apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado, tendo em vista que nós vamos ficar com o espaço vago... mas, mesmo assim, consulto os deputados que estão aqui presentes, para que possamos fazer isso até a Ordem do Dia, porque senão a sessão vai ficar suspensa.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu e o deputado Fernando Coruja fizemos o roteiro, preparamos o vídeo.

Eu estou inscrito... Mas se tivesse a oportunidade, neste momento, de apresentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Todos aquiescem?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu poderia usar o horário da Frente Renovação. (Os srs. deputados aquiescem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu quero fazer um relatório, juntamente com o deputado Fernando Coruja, porque começamos o primeiro roteiro, deputado Patrício Destro, do resultado daquele Fórum Parlamentar que foi criado aqui, que tem a deputada Luciane Carminatti, têm os deputados, Leonel Pavan, Fernando Coruja e outros deputados que fazem parte, porque nós, deputados, aprovamos os quatro projetos de resolução. E fizemos visita aos estados de Amazonas, Roraima e Rondônia, e estou chegando agora, deputado Manoel Mota, do estado do Paraná, onde estive hoje, pela manhã, e este estado também aderiu, já somos cinco Assembleias que estão aderindo a esse projeto.

A nossa equipe fez um vídeo sobre o roteiro que fizemos pelo norte do país, representado a Assembleia Legislativa. (Procede-se à exibição do vídeo.)

Sr. presidente, tenho a honra de trazer aqui a informação de que o estado de Roraima está, neste momento, aprovando as quatro proposições; Rondônia também, neste momento, está apresentando e aprovando as quatro propostas.

Hoje, pela manhã, estive no estado do Paraná, falei com o presidente da Assembleia Legislativa e ele já determinou também que a CCJ passasse a verificar e, com certeza, lá vão fazer através da Mesa Diretora.

E, amanhã, eu e o deputado Fernando Coruja iremos a Porto Alegre para conversarmos com os nossos vizinhos gaúchos sobre essa proposta.

Nós já temos cinco assembleias que estão coassinando, Santa Catarina foi a primeira, depois Roraima, Amazonas, Rondônia e, hoje, o Paraná. Nós estamos querendo que até final de setembro possamos conseguir as 14 assinaturas para que no início de outubro possamos levar essas propostas e entrar com as emendas constitucionais que vão dar maior autonomia e força para nós, deputados estaduais e, automaticamente, para os estados e os municípios através de um repasse maior da União, que vai aumentar em 40% o valor do repasse dos estados e municípios. E, também, na questão do SUS vai garantir mais 30% no repasse para a Saúde Pública.

Nós acreditamos que esse é o momento e quero parabenizar o deputado Fernando Coruja que tem sido um parceiro meu e todos os deputados do nosso fórum. Quero agradecer mais uma vez a liderança e a sua Presidência, deputado Padre Pedro Baldissera, por ter cedido esse espaço para nós colocarmos aqui o roteiro e o relatório público das nossas viagens, roteiro esse que será a nossa vanguarda e a mudança da questão de gestão neste Brasil. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes. V.Exa. e o deputado Fernando Coruja coordenaram extraordinariamente bem esse trabalho todo que vem em benefício todo da população brasileira.

Parabéns pelo trabalho, que já é sucesso, deputado!

Deputado Leonel Pavan, solicito a v.exa. que preside esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Estamos aguardando a chegada do presidente deputado Gelson Merisio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0420/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre o Programa de Atendimento Voluntário aos Alunos com Deficiência no Aprendizagem Escolar e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0303/2014, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais de Criciúma (Assecri), de Criciúma.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0103/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, que reconhece o município de Peritiba como a Capital Catarinense do KerbFest.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0181/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que denomina Ponte Pedro Merhy Seleme a ponte sobre o Rio Negro, que liga o município de Três Barras no estado de Santa Catarina até a divisa do município de São Mateus do Sul, no estado do Paraná.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0245/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o mês Junho Vermelho, dedicado à realização de campanhas de incentivo para a doação de sangue no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional n. 0003/2015, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que acrescenta o parágrafo único ao art. 162 da Constituição do Estado.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional n. 0014/2015, de autoria da Mesa Diretora, que modifica o inciso VI do parágrafo único do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para incluir o Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil na concessão de apoio administrativo,

técnico e financeiro às entidades culturais por parte do estado.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0148/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações acerca do cronograma das obras no acesso ao Farol Santa Marta, na região de Laguna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0149/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado aos secretários de Turismo e da Educação, solicitando informações acerca dos motivos do cancelamento dos Jogos da Juventude Catarinense e dos Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0102/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à presidente da Pastoral da Criança de Santa Catarina, manifestando louvor pelos 30 anos de sua fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0775/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviado à presidente da Fundação Catarinense de Cultura, solicitando o envio de cópia de toda documentação, e-mail e correspondências trocadas a partir de 1º de janeiro de 2013 entre a Fundação Catarinense de Cultura e a prefeitura de Blumenau, tendo como assunto a construção da nova ponte no centro de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0781/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que solicita o envio de mensagem à bancada catarinense junto ao Congresso Nacional, solicitando que votem a favor do Projeto de Lei Constitucional n. 0028/2015, rejeitando o veto 26.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, só gostaria de fazer uma pequena alteração e incluir o encaminhamento aos líderes de partido no Senado, que foi um pedido do Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal, já que o veto será analisado no Senado Federal nesta semana.

Então, além dos senadores catarinenses solicito que o requerimento seja enviado também aos líderes dos partidos políticos no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A assessoria fará a retificação do requerimento, deputado Gean Loureiro.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, gostaria que o autor, deputado Gean Loureiro, esclarecesse um pouco sobre o que trata o Projeto de Lei Complementar n. 0028/2015, rejeitado com o Veto n. 26, para termos um pouco mais de conhecimento sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Assim, vamos ouvir a explicação do deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Este projeto já tramitou na Câmara Federal e no Senado, foi encaminhado pelo governo, que define o reajuste dos servidores da Justiça Federal. Trata-se de uma reivindicação já de oito anos que vinha sendo discutida e atualizada. Foi feito um acordo de parcelamento junto com o governo. Entretanto, num artigo houve um veto do Poder Executivo, da presidente da República, e existe uma mobilização no Senado para manter a proposta original já aprovada.

O pedido do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal é apenas que esta Casa possa se manifestar junto aos senadores catarinenses pedindo apoio para manutenção do projeto que foi aprovado e rejeição do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está acatado o esclarecimento bem como as modificações necessárias.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0647/2015, de autoria do deputado Jean Leutprecht; 0648/2015, 0649/2015 e 0650/2015, de autoria do deputado Nikolas Reis; 0651/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0652/2015, 0653/2015 e 0654/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0655/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0656/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0657/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan.

Outrossim, comunica que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0773/2015 e 0774/2015 de autoria do deputado Gean Loureiro; 0776/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0777/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0778/2015 e 0779/2015 de

autoria do deputado Antônio Aguiar; 0780/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0782/2015, 0783/2015, 0784/2015 e 0785/2015 de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Maurício Eskudlark, com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de anunciar a presença do vereador de Papanduva Edemar Ostrovski, o Batata. Acolho em nossa Casa e que se sinta bem em nosso meio.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas ratificar o convite, já formalizado, para a sessão especial, desta noite, às 19hs, em homenagem a Associação Beneficente Evangélica de Florianópolis, que completa os seus 60 anos.

Obrigado sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu queria fazer a leitura de um e-mail, que recebemos de uma pessoa de Balneário Camboriú.

(Passa a ler.)

"Com a morte brutal de uma médica em abril, todas as atenções foram voltadas para o sul de Santa Catarina. O vice-governador foi para o *Diário Catarinense* criticar o próprio governo que ele faz parte. Resultado: Uma série de recursos foram alocados em Criciúma."

Eu estou lendo aqui, deputado Luiz Fernando Vampiro, o e-mail, que recebi de um morador de Balneário Camboriú. E ele cita o caso de Criciúma.

Depois fala o seguinte:

(Continua lendo.)

"Agora é a vez de Joinville. Uma juíza volta à imprensa para fazer duras críticas ao abandono do governo do estado com a maior cidade do estado de Santa Catarina. Como resultado prático terão também mais recursos para executarem suas atribuições. Aí me pergunto, como fica Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas?"

Ela continua explicando, deputado Maurício Eskudlark: "Estamos sem representatividade política!"

Essa é a resposta de centenas de pessoas que recebemos todos os dias nas redes sociais.

(Continua lendo.)

"Somos a unidade da PM com menor número de policiais militares proporcionalmente ao número de habitantes."

Ela fala sobre estas cidades, o número de habitantes, e coloca: "Somos a cidade com o menor número de policiais militares em relação ao número de habitantes. A nossa delegacia fecha aos domingos por falta de policiais civis. O nosso Corpo de Bombeiros só disponibiliza cinco Bombeiros Militares por turno de serviço para atender a capital do turismo catarinense. Alguma coisa precisa ser feita, senão continuaremos sendo esquecidos."

Essas são frases, repito, de uma pessoa que nos enviou um e-mail.

(Continua lendo.)

"Neste momento, novos policiais civis estão para serem nomeados. A delegacia da Comarca é inadequada para que profissionais possam trabalhar e tampouco atender à população. No caso da Polícia Militar, também faltam efetivos e as instalações estão caindo. O bombeiro precisa de efetivo urgentemente. Quanto à edificação, está sendo providenciada com recursos de um fundo municipal. Por fim, se não há um desenfreio aumento dos indicadores criminais, é porque estamos utilizando nossos policiais em escalas muito acima da capacidade suportável."

Pois vejam, srs. deputados, ela está dizendo que, se diminuí a criminalidade é porque estão usando os policiais acima de suas capacidades, porque o número de policiais é inferior ao número de outras cidades que gritaram e que pediram socorro para o governo.

E diz mais. Isso vai estourar lá na frente.

Para que não tenhamos que chegar ao ponto de Criciúma e Joinville, haveremos de produzir um manifesto, endereçado ao governo do estado e aos dirigentes de cada corporação, enfatizando os problemas existentes e cobrando soluções que nós apontamos.

Há em andamento um processo seletivo para a PM. Em março, o Comando Geral falou em mandar 80 policiais para o 12º Batalhão. Agora, já são só 50. Com a manifestação da juíza de Joinville, esse número vai cair, com certeza, porque vão levar da região de Balneário Camboriú para Joinville. É o que está aqui neste relatório.

Em Camboriú a situação não é diferente. Recentemente foi criado o PPT - Pelotão de Patrulhamento Tático da Polícia Militar, uma atitude louvável, e nós aplaudimos, ficamos felizes. Se a cidade não estivesse esperando a liberação do quartel da PM, certamente teria condições de atender melhor a instalação do PPT.

E eu já cobrei da secretaria de estado da Segurança Pública, aqui nesta tribuna, a conclusão deste quartel da corporação, no município de Camboriú, obra que está a mais de um ano atrasada, e vem causando prejuízo de R\$ 50 mil por ano à prefeitura local, que tem que pagar aluguel de um imóvel para acomodar os policiais. E o governo até agora não terminou a obra.

O quartel, que falta apenas o acabamento, já está sendo depredado por falta de uso. Esperamos que esta obra seja concluída o mais rápido possível. Em Itapema, dois cabos da Polícia Militar que atuavam na cidade realizaram um curso e foram promovidos a sargento e imediatamente transferidos para outras cidades. Isso significa que Itapema perdeu dois cabos da PM que até hoje não foram substituídos. Quer dizer que, cada vez mais, a região de Balneário Camboriú, Itapema, Itajaí, Penha, Navegantes, Porto Belo e Balneário Piçarras ficam com menor número de policiais para dar segurança à população.

Para finalizar, o último concurso, e aqui está o deputado Maurício Eskudlark que foi secretário da Segurança, chefe da Polícia Civil de Santa Catarina, e sabe da forma com que nós trabalhávamos na distribuição dos policiais.

Nós, que tínhamos o dr. André Silveira como secretário de Segurança, fazíamos a distribuição de acordo com o número de habitantes e o número de crimes que ocorriam. E para atender a demanda, a necessidade, fizemos um concurso público de mais de três mil policiais. De lá para cá, infelizmente, nada mais se fez.

Policiais se aposentando, alguns perdendo a vida, outros deixando a farda, outros indo para casa com salário, mas não estão repondo aquilo que é necessário para atender à população de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Níkolos Reis - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Concedo um aparte ao deputado Níkolos Reis, que também representa a nossa região.

O Sr. Deputado Níkolos Reis - Quero fazer coro com o pronunciamento de v.exa. Quero ler esse relatório que v.exa. tem em mãos, pois as informações que temos é de que em Itajaí virão cinco desses concursados, mas sairão cinco para a reserva até o final do ano, ou seja, empatou. E recentemente a cidade de Itajaí teve uma delegacia que ficou fechada durante o plantão, porque o servidor ficou doente e não tinha quem abrisse a delegacia. Em Balneário Camboriú aconteceu a mesma coisa.

Então, v.exa. que foi governador do estado, que fez um concurso, que soube distribuir de maneira igualitária e despartidarizada o efetivo policial em Santa Catarina, é a nossa esperança para que essa situação mude. A nossa região precisa ser mais prestigiada pelo governo do estado.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Estou junto com v.exa.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Na verdade ficamos indignados. Estou usando a tribuna e lendo um manifesto que recebi. Estou indignado porque nós aqui muitas vezes não sabemos o que está ocorrendo. Muitas vezes não somos informados e deixamos de fazer as reivindicações que devem ser feitas corretamente. E nós, independente de cores partidárias, estamos sentindo na pele, todos estão sabendo que Santa Catarina precisa urgentemente de concursados e que se faça urgentemente um novo concurso público para atender às necessidades dos municípios que clamam urgentemente por mais segurança. Cada um que tem a sua posição neste governo, mais precisamente o secretário de Segurança, que ele seja realmente responsável e possa oferecer melhores condições a todos os municípios que clamam por mais segurança. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Gostaríamos de registrar a presença de 31 alunos da primeira fase do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Sejam bem-vindos ao Parlamento Catarinense. Também gostaríamos de registrar a presença neste plenário de integrantes do Clube do CDL, de Mulheres Empreendedoras do município de Palhoça.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados, público que nos ouve pela TVAL e Rádio Alesc,

primeiramente queria registrar a presença da rainha e das princesas da 19ª Festa do Pirão, do município de Barra Velha, que vai ocorrer de quatro a sete de setembro deste ano. Quero também saudar o Deivid Costa, que é o diretor de turismo e toda a equipe. Sejam bem-vindos. Tenho muito carinho por esse município.

Então, novamente, convido toda a população de Santa Catarina para a 19ª Festa do Pirão em Barra Velha. Devemos reconhecer os municípios que estão mantendo os eventos que expõe a economia local, porque nesse momento de crise muitos municípios aproveitam para recuar.

E muitos municípios continuam mantendo suas festas tradicionais, demonstrando a pujança do comércio, da indústria do local, e fazem diversos shows para as famílias, o trabalhador, o pescador, enfim para que todos os cidadãos participem dos eventos e possam se divertir.

Parabéns as rainhas e as princesas da 19ª Festa do Pirão de Barra Velha.

O deputado Leonel Pavan falava aqui de segurança pública, e gostaria de dizer que recebi no gabinete uma resposta do secretário Nelson Serpa com respeito aos diversos pedidos de aumento do efetivo de policiais nos municípios deste estado. Esse é um clamor da população catarinense.

A questão básica da saúde é importante para uma vida com qualidade, bem como a educação, as atividades sociais e esportivas, mas a segurança pública é fundamental. De nada adianta a pessoa ter qualidade de vida e viver num município em que não possa sair nas ruas e ter liberdade.

Reconhecemos o esforço do governador Raimundo Colombo nesse sentido. O secretário de estado fez uma exposição em que coloca alguns avanços que o atual governo conseguiu. O governo de Raimundo Colombo, entre 2011 e 2015, autorizou, publicou e homologou 22 editais de concursos públicos somente para a área de segurança pública. Esses concursos propiciaram até a presente data a inclusão de 5.081 novos policiais nas carreiras da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Instituto Geral de Perícia e Detran. Mais 1.214 nomeações estão programadas e haverá cursos de formação ainda neste ano de 2015. Então, são concursos que já foram realizados. Ou seja, 1.214 novos policiais aguardam a nomeação para fazer a academia, aquele período de preparação, e depois ingressarem na carreira.

O secretário César Augusto Grubba relata esses aumentos que têm acontecido e a divisão dos policiais por região. O Comando Geral da Polícia Militar também, na sua manifestação, fala da implementação do efetivo, mas que apesar disso ainda tem havido uma redução no número de agentes nas Polícias Civil e Militar. Em julho de 2004, o efetivo da Polícia Militar era de 11.730 policiais militares, e em janeiro de 2012 de 11.831. Em julho de 2014, o efetivo foi para 11.261 policiais e em março de 2015 para 11.010.

Ou seja, entre 2004 e 2015, na verdade o número de efetivos ativos da Polícia Militar, diminui em 720 policiais. Apesar dos concursos, apesar dos 5.081 policiais nomeados, o que representa um incremento grande. Mas a questão é também sobre o número de novos policiais que entram, pois não supera o número de aposentadorias. Infelizmente, a segurança pública teve um período, na década de 90 até o ano de 2000, onde, infelizmente, os governos não tiveram preocupação, não houve investimento e houve a redução do efetivo.

Então, como mostramos ali, de 2004 a 2015, ficou mais ou menos estável, ou seja, Balneário Camboriú, Itajaí, municípios da nossa região, acabam trabalhando com o mesmo número de policiais para as atividades administrativas, tanto Itajaí como Balneário Camboriú, possuem o reforço de agentes, funcionários públicos, estagiários, funcionários municipais e funcionários contratados. Então, não fossem, efetivamente, esses convênios a participação das prefeituras municipais no apoio à segurança pública, não teria como manter as portas abertas.

Em Balneário Camboriú a delegacia regional está atendendo somente à tarde. Eu, particularmente, discordo. Acho que é possível, sim, manter a delegacia de Balneário Camboriú funcionando, período integral. É inadmissível que o cidadão tem que fazer fila até o meio-dia para aguardar a sua documentação. Acho que dá, sim, para racionalizar o efetivo que tem, junto com os estagiários e fazer funcionar em período integral. É inadmissível a Delegacia Regional de Balneário Camboriú fechada até ao meio-dia. Uma cidade que, muitas vezes, o turista vem, o cidadão de outra cidade tem um problema no veículo, tem um problema na documentação, tem que esperar, aguardar a manhã toda para esse atendimento.

Eu digo tudo isso de cadeira, porque tive a oportunidade de ser chefe de polícia e fui delegado regional de Balneário Camboriú por quatro anos. E, naquele período, implementamos o atendimento integral, atendendo inclusive no horário do meio-dia, das 12h às 14h. Funcionava a Delegacia Regional das 8h às 18h sem interrupção. E o efetivo era mais ou menos o mesmo, talvez um pouco mais, talvez um pouco menos até. Hoje, pelo número de estagiários, que é um profissional competente, um estudante universitário, que está ali tendo a sua primeira oportunidade e procura atender bem, talvez até com efetivo maior do que da época.

Então, acho que é questão de gerenciar e fazer acontecer. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Apenas para registrar a presença dos amigos de Bocaina do Sul, prefeito Luiz Carlos Schmulder, vereadores e secretários, satisfação em recebê-los, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado, esta Presidência ratifica suas palavras, dando as boas-vidas ao prefeito e aos vereadores.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e Rádio AleSC Digital, cumprimento de forma muito especial a realza da Festa do Pirão de Barra Velha, que estiveram em nosso gabinete, juntamente com a equipe da secretaria de Turismo, que vieram fazer um belo convite da 19ª edição dessa grandiosa festa e visitaram todos os parlamentares desta Casa.

Sejam bem-vindas! O povo catariense e esta Casa irão prestigiar esse evento tão dignificante dessa comunidade.

Muito obrigada pela presença da rainha, das princesas e da comissão.

Fizeram o convite para todos, mas falo aqui dessas grandiosas festas que acontecem em nosso estado e que são referência, como a Oktoberfest e, pena que o deputado Maurício Eskudlark não vai porque não bebe cerveja e acho que é um dos únicos que não participa e, até se v.exa. me permite, eu ouvi uma parte de sua fala e depois voltou à tribuna para pedir desculpas de uma forma tão deselegante de fazer política da forma como o senhor se referiu a esse grandioso personagem do nosso Brasil e que é referenciado no mundo, que é o nosso ex-presidente Lula, que esteve inclusive na Oktoberfest de Blumenau; mas de uma forma muito sorradeira faz essas referências.

O Lula foi um grande pensador do nosso Brasil, em dez anos, 12 anos houve uma grandiosa modificação no nosso país e lamentável a sua fala, mas quero aqui dizer que graças a Deus que o senhor reconheceu e pediu desculpas. Não é dessa forma que se faz política, o senhor deveria seguir o exemplo do governador do estado, Raimundo Colombo, que a todo o momento vem aqui e em todas as entrevistas falar bem da nossa presidenta Dilma, dos recursos que tem mandado para o estado de Santa Catarina. Vamos inaugurar agora o hospital em Biguaçu com a parceria do governo federal, digo até que foi a presidenta Dilma que salvou o governo do estado de Santa Catarina, possibilitando recursos para serem investidos aqui.

Então, deputado Maurício Eskudlark, o senhor realmente levasse isso em consideração e que tenha uma aula com o governador de elegância, de postura e de agradecimento a tudo que vem sendo feito nesse estado.

Eu também gostaria me referir a outro ponto, que é sobre a manifestação de domingo, que foi a menor e convocada pelo PSDB, mas falo que nós deveríamos, aqui, no estado de Santa Catarina, deputado Leonel Pavan, ir a Balneário Camboriú sair às ruas pela delegacia fechada, por uma escola em Penha que está caindo, por falta de policiais militares, pelos leitos de UTIs no hospital de Ibirama que está fechado, pelo Hospital Celso Ramos, pelo Hospital Nereu Ramos. A população tem que ir para as ruas para pedir do governo do estado de Santa Catarina ações dessa natureza; como pelo radar em Lontras, aquele elefante branco que não está funcionando direito. É dessa forma.

Então, não podemos, srs. parlamentares, dizer que não está acontecendo nada de bom no Brasil e nada de ruim no estado de Santa Catarina. Nós temos aqui é que unir forças para o que Brasil vá bem, para que o estado vá bem, para que as nossas cidades vão bem, por que é isso que a comunidade quer.

Eu tive um bom exemplo de algumas pessoas que não somos ligados politicamente, mas a forma de fazer política me encanta. Nós precisamos saber cobrar e de que forma para que possa melhorar a vida das pessoas. Não fomenta o ódio, porque o que nós vemos nessas manifestações é tanto ódio. O que estamos ensinando para as nossas crianças? A falta de respeito. O divergente é bom, nos faz crescer, mas instruir o caos no Brasil, não. Deveriam sair do Brasil para ver, ir aos aeroportos que estão lotados; sair da capital do estado e ir aos municípios ver que tem uma crise no trânsito de tanto carro; crise nos supermercados de tanta gente que está comprando. Crise, meus amigos, nós

enfrentamos todo dia e ela serve para nos superar. Crise eu tenho todo dia quando a moça que trabalha lá em casa diz que não vai trabalhar porque está doente e eu tenho que dar conta da minha casa. Crise é a todo instante e nós temos que superá-la.

É na crise que nascem as oportunidades e Dilma tem dado um bom exemplo nessas questões, assim como o ex-presidente Lula também. Crise é ver aqui, como falou o deputado Leonel Pavan, que os nossos jovens, crianças e adolescentes, não puderam participar dos jogos paraolímpicos e ninguém foi para a rua por isso. Isso é crise, mas são crises que nós precisamos superar.

Então, deputado Maurício Eskudlark, a quem eu tenho muita consideração, nós temos que fazer a crítica, mas não a crítica das pessoas e, sim, discutir ideias, porque quem fala de pessoas não fala de ideias e nós temos que saber isso, porque atrás de cada homem, cada mulher, tem uma família, tem uma pessoa e nós precisamos respeitar os divergentes. É, assim, que nós crescemos. Nós falamos de coisas, não das pessoas.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte rapidamente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Prezada deputada Ana Paula Lima, também tenho um grande respeito e admiração por v.exa., pelo deputado Décio Lima e das grandes figuras que têm trabalhado por Santa Catarina, inclusive do PT e de todos os partidos. E o deputado Padre Pedro Baldissera fez uma manifestação a respeito da administração do prefeito Milton Simon, do município de Itapiranga, que faz uma grande administração. Ele não citou e eu citei o prefeito de São João do Oeste, o Sérgio Luís Theisen, que também faz uma grande administração.

O povo não está indo para as ruas por causa do evento, coisa e tal. O povo está indo para as ruas por causa da corrupção.

Então, o que eu quis registrar é o meu respeito, a minha admiração por pessoas, por políticos do PT, de Santa Catarina e do Brasil, pois não dá para generalizarmos. Mas não vou mudar uma vírgula no que a Dilma e o Lula estão fazendo com este país.

O povo não quer corrupção, não quer que as obras tenham 15, 20% a mais para dividir entre um grupo de empresários e políticos.

Então, isso eu não mudo. E reconheço os bons políticos do PT de Santa Catarina que em seus municípios e no estado como aqui nesta Casa fazem um grande trabalho.

Então, reconheço v.exa., e essa pessoas.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada.

Mas quero dizer que, se v.exa. tem conhecimento é graças a Dilma e ao Lula que estão fazendo a investigação, porque antigamente era tudo embaixo dos panos, deputado Maurício Eskudlark.

V.Exa. que foi delegado sabe como que é isso? Engavetavam as coisas.

Nunca a Polícia Federal teve tanto autonomia para fazer investigação, deputado Maurício Eskudlark.

Só que, às vezes, a Justiça tem um lado só. Não tem dois lados! É isso que estamos questionando.

Nós queremos, sim, que os culpados sejam punidos, mas nesse negócio de corrupção, deputado, tem muito mais gente fora do PT do que do PT. E eles não

estão sendo tratados de uma forma diferente pela mídia? Estão sim! Estão sim! Inclusive até a atitude desse juiz está sendo questionada pela Ordem dos Advogados do Brasil!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. deputado Dirceu Dresch - Deputada, v.exa. está de parabéns.

O que nós não podemos, deputado Maurício Eskudlark, é particularizar, individualizar este problema da crise política e econômica. V.exa., cita o ex-presidente Lula porque ele aparece em uma inauguração de uma empresa de cervejas com um copo de cerveja, e isso, em minha avaliação, não contribui nada para o processo do grande debate que nós precisamos fazer para o futuro do Brasil.

Deputada Ana Paula Lima, tanto é verdade que o que v.exa. fala que as privatizações que aconteceram no Brasil, e inclusive temos livros escritos sobre isso, até hoje não foram apuradas.

A questão da compra de votos da reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso até hoje nada foi investigada.

Então, é isso, que nós cobramos que tenha de fato: respeito e tratamento igual para todos no processo de apuração e aprovação da corrupção, sim.

É isso que nós queremos, e é isso que o nosso governo está contribuindo para que seja feito.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaria, srs. deputados e público catarinense, que tudo fosse investigado, inclusive a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, que foi comprada. Privatizaram a telefonia. Iam privatizar a Petrobras, mas graças a Deus não houve a reeleição do candidato deles. A Vale do Rio Doce foi vendida por ninharia, e agora ela dá lucro.

Então, são sobre essas questões que precisamos estar atentos para que o Brasil, que é um país maravilhoso, que temos que nos orgulhar, que possamos bater no peito, que agora está sendo investigado. Mas, infelizmente, as grandes mídias do nosso país só mostram um lado. Deputado Maurício Eskudlark, das 05h às 24h batendo só um lado, o que v.exa. acha que as pessoas vão ver? Só esse lado! Se fizerem isso com o governador do estado, quem estaria na rua seriam outras pessoas.

As investigações precisam ser feitas dentro e fora desta Casa. E quem vem para esta tribuna que tenha também a ficha limpa para falar de boca cheia que não faz nenhuma falcutra.

Então, srs. deputados, precisamos vir aqui falar de ideias, de coisas boas, de coisas que têm engrandecido o nosso estado e o nosso país e que as investigações não podem ter lado, que todos sejam investigados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Níkolos Reis, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero anunciar com pesar o

falecimento do nosso companheiro de partido Angelino Vargas, vereador de Dionísio Cerqueira, o popular Fio, ocorrido nesta tarde. Aquele município perde uma liderança de base, um trabalhador, um grande vereador.

Quero também anunciar a presença do nosso vereador do PT, João Fiamoncini, de Jaraguá do Sul; José Ozório de Ávila, o Zé da farmácia, do Partido Solidariedade e do Gleison, assessor parlamentar que estão nos presenteando hoje com suas visitas nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Agora sim, por até dez minutos, com a palavra o sr. deputado Níkolos Reis.

O SR. DEPUTADO NÍKOLAS REIS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, comitiva de Bocaina do Sul que se faz presente nesta Casa, na tarde de hoje.

Uso a tribuna para contar uma história e depois cobrar providências. Lá atrás, quando a BR-101 foi duplicada, Itajaí que já era uma economia importante do estado, ficou sem aquilo que chamamos de vias marginais, de vias paralelas à BR-101. No projeto executivo essas vias estavam devidamente colocadas, mas não havia o trevo, que é o trevo Adolfo Konder, o trevo do meio de Itajaí. E se naquele momento aquele trevo não fosse executado isso traria um prejuízo enorme para a mobilidade urbana da cidade. Como era impossível fazer aditivos na obra naquele momento, porque todos os aditivos já haviam sido feitos, a cidade na época trocou o trevo Adolfo Konder pelas vias paralelas.

Nós só fomos recuperar essas vias marginais quando do edital de licitação para concessão da BR-101, e acabou vencendo a Litoral Sul. Conseguimos incluir um determinado número de quilômetros, que ainda era pouco, mas que já atenderia minimamente a cidade de Itajaí, que tem o maior número de caminhões proporcionalmente do estado de Santa Catarina. Em números absolutos só demos para Joinville no tamanho da nossa frota. E aos poucos as marginais foram sendo executadas.

Mas nesse aos poucos, deputado Ismael dos Santos, houve uma série de problemas, de transtornos de toda ordem, por exemplo, a Autopista notificando empresários a fechar seus acessos ou executarem por conta própria, o que em nossa opinião era um verdadeiro absurdo.

Como vereador, propus, na época, uma comissão especial de estudos quando fizemos todo um trabalho de convencimento da Autopista, do DNIT, de que não só aqueles 20km que conseguimos colocar no contrato eram importantes, mas pelo menos o dobro para que a cidade pudesse ser contemplada de acordo com a demanda que estava extremamente deprimida.

Pois bem, conseguimos executar as marginais, hoje elas estão lá minimamente colocadas. Agora em Itajaí persistem ainda dois grandes problemas que são consequências da duplicação. Um é o trevo de Antônio Heil e outro é o trevo da Jorge Lacerda. Quem passa por Itajaí em horários de pico sabem o que estou falando. Ontem tive a oportunidade de ir a Blumenau participar da audiência pública da comissão de Educação e tive que passar pelos dois trevos e ficamos praticamente uma hora só entre os dois trevos para poder acessar a Jorge Lacerda e seguir em direção a Blumenau.

O trevo da Antônio Heil está devidamente consignado no projeto de duplicação. Quando a duplicação de Antônio

Heil que já está no curso da sua execução chegar ao trevo, nosso trevo será devidamente revitalizado.

O da Jorge Lacerda, já tem recursos, a prefeitura, via secretaria de Obras, vai fazer a obra, mas a empresa, a concessionária da BR-101, ainda não autorizou a prefeitura a fazer a obra.

Então, subo a esta tribuna na tarde de hoje, sr. presidente, para fazer um apelo à empresa, para pedir que ela sensibilize-se, que passe por ali e que compreenda o transtorno que o cidadão de Itajaí, que o trabalhador de Itajaí, que as pessoas que nos visitam passam todos os dias naquele trevo. É um absurdo, aquilo é um caos, precisa ser arrumado, o projeto é bacana, não é o melhor projeto do mundo, mas nos atende paliativamente e é fundamental que a empresa nos garanta a possibilidade de executar essa obra.

Então, sr. presidente, vou até encerrar, não vou nem mais falar de assunto nenhum, porque quero dar destaque a esse e que a Autopista se sensibilize com a prefeitura municipal e a permita executar aquela obra, porque é uma obra importante, determinante para o desenvolvimento da nossa cidade. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação deputado Níkolos Reis.

Na sequência, ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Jean Kuhlmann, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, todos que estão aqui nesta Casa e que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, cumprimentar todos.

Primeiramente, obviamente, não poderia deixar de parabenizar toda a população brasileira que foi às ruas e que mostrou o seu desejo, que mostrou a sua cara, que teve a coragem, justamente, de questionar, de criticar, de reclamar, de levar as faixas, porque isso demonstra, acima de tudo, um ato de democracia, um ato de desejo de mudança, um ato de desejo de melhorar o nosso país, e isso se faz, com certeza, com grandes manifestações.

Por isso, parabênizo todos, porque espero, realmente, que essas manifestações possam surtir algum efeito e minimizem a corrupção e que todos os corruptos sejam presos e as investigações sejam feitas. Gostaria que as pessoas que estão fazendo o processo de investigação tenham mais coragem ainda para continuar investigando, para que a gente possa passar este país a limpo, pois há vários partidos políticos que possuem problemas dentro de instituições. Temos que, efetivamente, ter um Brasil novo. Precisamos ter um Brasil com menos corrupção, temos que repensar, deputado Padre Pedro Baldissera, uma forma de gerir esse país, de cuidar daquilo que pertence às pessoas, que são os recursos públicos. De que forma fazer com que o recurso público possa ser utilizado mais na Saúde, na Educação, na Segurança Pública? De que forma podemos fazer para acabar com essa corrupção e condenar os corruptos? Como acabar com o desperdício de recursos públicos que existe devido a sua má aplicação, deputado Ismael dos Santos. O importante, no meu ponto de vista, é garantir que não haja mais corrupção, mas também garantir que haja uma gestão eficiente, que os recursos sejam bem aplicados e direcionados mais à Saúde e à Educação. O governador Raimundo Colombo fala que o

estado de Santa Catarina gasta mais na previdência dos servidores inativos do que na Saúde de seis milhões de habitantes de Santa Catarina.

Isso é um fato que tem que ser mudado. Nós temos que gastar mais em Saúde, mais em Educação, menos na questão dos Poderes, como já propôs aqui o nosso presidente Gelson Merisio, menos custo da Assembleia, menos custo do Tribunal de Contas, menos custo do Judiciário, para que esse dinheiro seja gasto mais em Saúde e em Educação. Temos que criar um ciclo positivo e, através dele arrecadar mais e poder daí, sim, dar mais atenção à sociedade. O que nós temos que fazer é trabalhar para que o estado seja mais eficiente, com menos corrupção e também com mais eficiência na gestão.

Por isso, parabênz todos que foram às ruas mostrar o seu posicionamento, porque isso é, acima de tudo, mostrar que nós queremos um Brasil melhor para as pessoas que mais precisam do poder público, que são as pessoas mais humildes e mais simples.

Quero também, sr. presidente, nesta tarde, dizer que recentemente saiu no jornal de Santa Catarina, deputado Ismael dos Santos, lá de Blumenau, uma reportagem falando da questão do problema que existe na situação dos planos municipais de resíduos sólidos, na questão do lixo na região do vale do Itajaí, o que não é diferente em toda a Santa Catarina e no Brasil.

Para ter uma ideia, os municípios de Brusque e Blumenau ainda não fizeram o seu plano de resíduos sólidos. E é justamente com esse objetivo que eu pedi a autorização desta Casa, e os srs. deputados me concederam esta autorização, para poder, a partir de amanhã, participar de uma missão que vai à Holanda e à Alemanha para conhecer várias formas de recuperação, de reciclagem, mas também transformação de resíduos sólidos, do lixo das casas, por exemplo, em energia.

E nós estaremos indo amanhã para a Holanda e Alemanha, junto com alguns prefeitos do médio vale, justamente para conhecer esta forma, como o lixo, como o

resíduo sólido é tratado naqueles países, o que é muito importante para todos nós.

Existem, em Santa Catarina, vários aterros sanitários regularizados, que atendem a legislação nacional, mas nós precisamos avançar neste tipo de situação. E esta missão é muito importante, por isso me sinto muito honrado em poder representar esta Casa e acompanhar, junto com o presidente da Amavi, o prefeito de Presidente Getúlio, o presidente da Amvi, o prefeito de Rodeio, além disso, também, o prefeito de Rio dos Cedros, o prefeito de Doutor Pedrinho e outras pessoas que estarão acompanhando esta missão. Serão, ao todo, aproximadamente 12 pessoas que estarão indo lá, justamente para entender o sistema de tratamento de resíduos sólidos na Holanda e Alemanha, para que nós possamos compreender melhor e tentar, de alguma forma, trazer esta tecnologia para Santa Catarina.

Já existe na região do médio vale do Itajaí, existe na região do alto vale, a iniciativa de se constituir um consórcio para que possamos unir o resíduo sólido produzido por todas essas cidades numa usina dessas, de tratamento, de queima, de gaseificação, ou através de biodigestores, para a geração de energia de forma alternativa.

Então, nós temos que trabalhar isso, e é dentro disso que nós estaremos, a partir de amanhã, visitando estes locais. E quero aqui agradecer a Assembleia pela oportunidade, mas também dizer a cada cidadão que iremos, através das redes sociais, manter informada esta Casa e a toda população, de cada local que foi visitado, de cada compromisso que nós tivermos, para que possamos, através das redes sociais, estar lá, mas estar, de alguma forma, deputado Ismael dos Santos, prestando contas da participação nos eventos, para que de forma transparente as pessoas possam entender a importância dessa missão junto com os prefeitos.

E aí, quem sabe, nós possamos fazer com que a mesorregião do vale do Itajaí, que é uma mesorregião com mais de um milhão e meio de habitantes e cerca de 54 municípios, possa, quem sabe um dia, sonhar em ter uma

grande usina desta, de tratamento, de aproveitamento, de transformação dos resíduos sólidos em energia. E, com isso, poder ter um futuro de mais qualidade, o ambiente mais preservado, naquela nossa região, que tem o potencial de ter, sim, uma usina dessas. Basta buscar a tecnologia que é mais viável, a tecnologia que economicamente permite que isso possa ser aplicado.

E é dentro disso que nós iremos participar desta missão. Espero poder retornar após o dia 30 e estar aqui nesta Casa, prestando contas ao Parlamento, mas, acima de tudo, prestando contas ao povo catarinense desta missão que considero ser extremamente importante.

Muito obrigado e um bom dia a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Desejamos uma boa viagem ao deputado Jean Kuhlmann que, com certeza, deputado Ismael dos Santos, trará novas experiências para o Parlamento e para o estado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos (Intervindo) - Eu não consegui chegar a tempo para cumprimentar o deputado Jean Kuhlmann, mas como presidente da Frente Parlamentar de Energias Renováveis desta Casa, quero desejar sucesso nesta missão, e que possa trazer boas ideias em outros campos também, de energia eólica, solar, enfim, para que possamos, de fato, ter uma Santa Catarina cada vez melhor. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do deputado Ismael dos Santos, e não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados. (Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em Comemoração aos 60 Anos da Aebas.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 045-DL, de 2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 319 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONSTITUI Comissão Especial integrada pelos Senhores Deputados Antonio Aguiar, Gean Loureiro, Jean Kuhlmann, Neodi Saretta, José Milton Scheffer, Natalino Lázare e Rodrigo Minotto, com a finalidade de apreciar as indicações, pelo Senhor Governador do Estado, dos nomes abaixo relacionados para compor a Diretoria e a Procuradoria Jurídica da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC):

NOMES	DENOMINAÇÃO DO CARGO
Reno Luiz Caramori	Presidente
Içuriti Pereira da Silva	Diretor Administrativo
Sérgio José Grando	Diretor Técnico
Francisco Cardoso de Camargo Filho	Diretor de Relações Institucionais

Marco Antônio Koerich de Azambuja Procurador Jurídico

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente
*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 045-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições REVOGA o Ato da Mesa nº 041-DL, de 2 de setembro de 2015, que concedeu autorização ao Senhor Deputado Natalino Lázare para ausentar-se do País, no período de 11 a 20 de setembro do corrente ano, a fim de participar da Missão Técnica ao México e Canadá, por solicitação do Deputado, através do Ofício nº 345, de 8 de setembro de 2015.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário
Deputado Mario Marcondes - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO Nº 144/2015

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 033/2015, celebrado em 1º/09/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Central de Negócios de Comunicação Ltda.

OBJETO: Aquisição de quota de participação e de espaço físico para colocação de estande com até 9m² na **Jornada de Debates ADI SC 20 Anos** que acontecerá na cidade de Chapecó no dia 17 de setembro de 2015

VALOR: R\$ 50.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 079/2015 e Atos da Mesa 094 e 128, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.55 (Patrocínio). Florianópolis, 09 de setembro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor- Administrativo

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO Nº 145/2015

REFERENTE: Contrato nº 046/2015 celebrado em 1º/09/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: Central de Negócios de Comunicação Ltda.

OBJETO: O presente contrato tem por finalidade:

1) Adquirir cota de participação na **Jornada de Debates ADI SC 20 Anos** que acontecerá na cidade de Chapecó no dia 17 de setembro de 2015.

VALOR: R\$ 50.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório LIC nº 079/2015; Inexigibilidade de Licitação nº 033/2015; Atos da Mesa 094 e 128, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente e; Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 09 de setembro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor- Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor Administrativo

Adriano da Fonseca Kalil Escada- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 146/2015

REFERENTE: Convênio nº 002/2015 celebrado em 21/08/2015.

1ª CONVENIENTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2ª CONVENIENTE: Federação das APAEs do Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Estabelecer de parceria com a Federação das APAEs de Santa Catarina com o propósito de auxiliar na parte logística, financeira e operacional da 20ª Olimpíada de Santa Catarina que acontecerá no período de 14 a 19 de setembro de 2015.

VIGÊNCIA: 14/09/2015 a 19/09/2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 137.915,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; Atos da Mesa 094 e 128, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente e; Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 09 de setembro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor- Administrativo

Júlio César de Aguiar- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 147/2015

REFERENTE: O1º Termo Aditivo de 19/07/2015, referente ao Contrato CL nº 002/2015-00, celebrado em 19/03/2015, com vigência a partir de 01/04/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade:

1) Corrigir em 2,09% o valor total do contrato original em virtude de erro manifesto ocorrido quando da estipulação dos fatores de referências para os **postos de trabalhos de copeiras**, ocasião em que foi estipulado o fator de referência de 1.58 (um ponto cinquenta e oito) vezes o piso salarial da categoria, quando o correto seria 1.77 (um ponto setenta e sete) vezes, conforme Convenção Coletiva do Trabalho.

2) Corrigir, igualmente, o valor do posto de trabalho da categoria de **Encarregado de Nível 1**, em face de ter sido estipulado erroneamente o fator de referência de 1.53 (um ponto cinquenta e três) vezes o piso salarial da categoria quando o correto seria 1.92 (um ponto noventa e dois), conforme Convenção Coletiva do Trabalho.

3) Corrigir, também, o valor do vale-alimentação em face de erro

cometido quando da elaboração do edital e do contrato original, oportunidade em que foi estabelecido o valor de R\$ 19,81 quando o valor correto seria R\$ 21,07.

4) Efetuar pagamento retroativo aos meses de abril, maio, junho e julho, cujo montante soma o valor de R\$ 71.694,04

VALOR DO ACRÉSCIMO MENSAL: R\$ 17.923,51.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 5º, da Lei 8.666/93; Cláusula Terceira, item 3.3 do Contrato Original; Atos da Mesa nºs. 094 e 128, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente e; Autorização Administrativa.

Florianópolis/SC, 09 de setembro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor- Administrativo

Luiz Ermes Bordin- Sócio

*** X X X ***

EXTRATO 148/2015

REFERENTE: Apostilamento 001 de 08/09/2015, referente ao Contrato CL nº 041/2015, celebrado em 19/08/2015, com vigência a partir de 08/09/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Rotary Club de Florianópolis Leste.

OBJETO: O presente apostilamento tem por finalidade:

1) Alterar a data do pagamento para o dia 09/09/2015.

Florianópolis, 09 de setembro de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Ronaldo Brito Freire- Diretor Administrativo

*** X X X ***

EXTRATO Nº 149/2015

REFERENTE: Contrato nº 049/2015 celebrado em 09/09/2015.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: Agaceá Comércio, Importação e Exportação Eireli.

OBJETO: O presente contrato tem por finalidade:

1) A aquisição de camisetas em malha 100% algodão, a serem confeccionadas para as Olimpíadas das APAE/SC, em Criciúma, nos dias 14 a 18 de setembro de 2015

VALOR GLOBAL: R\$ 21.724,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/1993 e suas alterações, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e Autorização para Processo Licitatório nº 81, de 25/08/2015, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Ato da Mesa nºs 094 e 128, de 09/02 e 27/02/2015, respectivamente;

Edital de Pregão Presencial nº 018 de 09/09/2015.

Florianópolis/SC, 10 de setembro de 2015

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor- Geral

Ronaldo Freire Brito- Diretor Administrativo

Homero da Costa Araújo- Sócio

*** X X X ***

OFÍCIO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO DEPUTADO NATALINO LAZARE

Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Nesta Casa

Ofício Nº 0345/2015

Florianópolis, 08 de setembro de 2015

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por intermédio deste, informar a Vossa Excelência, que por motivos pessoais estarei impossibilitado de participar da "**Missão Técnica ao México e Canadá**", que se realizará entre os dias 11 a 20 de setembro de 2015.

Diante do exposto, solicito o cancelamento dos pedidos realizados nos ofícios nº 0334/2015 o qual versa sobre a autorização para ausentar-me do país, bem como, o cancelamento do Ofício nº 0333/2015 o qual solicita autorização para liberação de diárias e passagens.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito a oportunidade para externar votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Natalino Lázare

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

Lido no Expediente

Sessão de 10/09/15

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2331, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SAMIRA FURLANETTO PEREIRA**, matrícula nº 7762, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Setembro de 2015 (Gab Dep Mario Marcondes).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2332, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor JOAO MANOEL DE SOUZA NETO, matrícula nº 6545, de PL/GAB-65 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 09 de Setembro de 2015 (Gab Dep Rodrigo Minotto).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2333, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR o servidor **RICARDO CASCAES SABINO**, matrícula nº 935, na DL - Coordenadoria do Orçamento Estadual, a contar de 8 de setembro de 2015.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2334, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 022/2015.

Matr	Nome do Servidor	Função
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	Pregoeiro
1039	VICTOR INACIO KIST	Pregoeiro substituto
947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Equipe de apoio
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	
7211	JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN	
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2335, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 023/2015.

Matr	Nome do Servidor	Função
1039	VICTOR INACIO KIST	Pregoeiro
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	Pregoeiro substituto
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	Equipe de apoio
947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	
7211	JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN	
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2336, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 024/2015.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	Pregoeiro
947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Pregoeiro substituto
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	Equipe de apoio
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	
7211	JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN	
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	
1039	VICTOR INACIO KIST	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2337, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 9 de setembro de 2015.

Liderança do PSDB

Matrícula	Nome
3421	RODOLFO LUIZ POYER

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2338, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 9 de setembro de 2015.

Gab. Dep. Mauro de Nadal

Matrícula	Nome
7340	CELMO MAURO BEVILACQUA
6258	JOCYLENE SANTOS VELHO
3839	RUBIA MARA DECOL
3036	VALDIR MACHADO DOS SANTOS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2339, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce

Atividade Administrativa Interna, a contar de 8 de setembro de 2015.

Gab. Dep. Gabriel Ribeiro

Matrícula	Nome
8027	GABRIEL BEAL MIRANDA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2340, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce

Atividade Administrativa Interna, a contar de 8 de setembro de 2015.

Gab. Dep. Manoel Mota

Matrícula	Nome
4751	JUSCELINO JOSE REIS

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2341, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015 e tendo em vista o que consta do Processo nº 3739/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER ao servidor **CLAUDIO LUIZ SEBEN**, matrícula nº 485, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 1º de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2342, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3613/2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **JURANI ACELIO MIRANDA**, matrícula nº 2281, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 24% (vinte e quatro por cento), a contar de 20 de agosto de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2343, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR LEONIREZ APARECIDA CONSTANTINI

GONCALVES para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valdir Cobalchini - Caçador).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2344, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JANDIR DA ROSA

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mario Marcondes - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2345, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR JOARES TAVORA DE MATTOS

matrícula nº 7957, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mario Marcondes - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2346, de 10 de setembro de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR CRISTIANE ROCHA PACHECO

matrícula nº 6091, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rodrigo Minotto - Araranguá).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0367.7/2015**“Institui o Programa Famílias Acolhedoras no âmbito do Estado de Santa Catarina.”**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Programa Famílias Acolhedoras vinculado a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º O Programa Famílias Acolhedoras se destina a possibilitar às crianças e adolescentes, sob medida de proteção, o acolhimento em famílias acolhedoras, determinando judicialmente, afim de assegurar a convivência familiar e comunitária.

Art. 3º O Programa Famílias Acolhedoras tem como objetivo:

I - oportunizar o cuidado individualizado da criança ou do adolescente, proporcionado pelo atendimento em ambiente familiar;

II - preservar o vínculo e o contato da criança e do adolescente com sua família de origem, salvo determinação judicial em contrário;

III - fortalecer os vínculos comunitários da criança e do adolescente, favorecendo o contato com a comunidade e a utilização da rede de serviços disponíveis;

IV - manter a preservação da história da criança e do adolescente, contendo com registros e fotografias organizados, inclusive, pela família acolhedora;

V - preparar a criança e o adolescente para o desligamento e retorno à família de origem, bem como desta última a ele;

VI - estabelecer permanente comunicação com a Vara de Infância e Juventude, informando à autoridade judiciária sobre a situação das crianças e adolescentes atendidos e de suas famílias;

VII - oferecer apoio à família de origem, buscando favorecer o retorno da criança e/ou adolescente sempre que assim for avaliado como possível;

VIII - contribuir na superação das situações de violação de direitos vividas pelas crianças e adolescentes que se encontram em circunstância de vulnerabilidade social, até que seu impasse familiar seja resolvido; e

IX - oportunizar a capacitação das famílias acolhedoras, por meio de acompanhamento sistemático da equipe técnica designada para este fim, viabilizando o acesso aos serviços existentes nas redes pública e privada.

Art. 4º A equipe de referência para o atendimento psicossocial do Programa Famílias Acolhedoras será vinculado ao órgão gestor da assistência social e formada por profissionais do quadro de servidores efetivos, conforme regulamentação da política de assistência social, composta por coordenador de nível superior, assistência social e psicológica, com as seguintes finalidades:

I - avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II - Acompanhar as famílias acolhedoras, famílias de origem e crianças e/ou adolescentes durante o acolhimento;

III - selecionar, cadastrar e orientar, antes, durante e depois do ingresso no programa, as famílias acolhedoras, as crianças e adolescentes; e

IV - acompanhar as crianças ou adolescentes e famílias nos casos de reintegração familiar ou outra medida que se fizer necessária.

Art. 5º A equipe técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança e/ou adolescente acolhido e à família de origem, contando com o apoio dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.

§ 1º A metodologia de trabalho com as famílias acolhedoras, pessoas acolhidas e famílias de origem, deverá ser construída pela equipe técnica e sofrer constante avaliação e reformulação dentro das necessidades apresentadas;

§ 2º A equipe técnica prestará informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhidos e informará quanto à possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como poderá ser solicitado a realização de laudo psicossocial com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 3º Independente de solicitação, visando a agilidade do processo e a proteção da criança ou adolescente, a equipe técnica prestará informações à Vara da Infância e Juventude sobre a situação das crianças ou adolescentes acolhidos e as possibilidades ou não de reintegração familiar, de três em três meses.

Art. 6º O público alvo deste Programa é a criança e o adolescente que necessita de medida de proteção por impossibilidade de permanência com sua rede familiar, uma vez que existe violação de direitos.

§ 1º O atendimento à criança e adolescente dependerá da disponibilidade de acolhimento pelas famílias acolhedoras cadastradas, mediante parecer da equipe de referência do Programa.

§ 2º O acolhimento de adolescente dar-se-á, individualmente, salvo em se tratando de grupos de irmãos, observando o § 1º deste artigo.

Art. 7º A execução do Programa será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, tendo assegurada sua operacionalização por meio do Sistema de Garantias de Direitos.

Art. 8º A operacionalização do Programa Famílias Acolhedoras dar-se-á conforme metodologia baseada na tipificação nacional dos Serviços Socioassistenciais e referendada pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social, além de, no que couber:

I - organização de cadastro de famílias que manifestem interesse em acolher criança e/ou adolescente, mediante avaliação de equipe técnica especializada;

II - responsabilização das famílias, mediante autorização judicial, de acolher esse sujeito social, enquanto sua situação não for definida;

III - permissão para que as famílias acolhedoras prestem o acolhimento em caráter voluntário, por livre opção;

IV - cada família acolhedora deverá apresentar documentação específica, comprovando sua idoneidade, renda familiar, endereço, atestado de saúde e demais documentos de identificação;

V - o assistente social da equipe técnica do Programa receberá os encaminhamentos da criança e adolescente abrigados e fará os contatos necessários com vistas a esse acompanhamento;

VI - orientação às famílias acolhedoras, em relação ao seu desligamento do programa, havendo o critério de solicitarem-no por escrito, ou o desligamento dar-se-á por decisão da equipe técnica de trabalho;

VII - compete à equipe técnica multidisciplinar, indicar os casos pertinentes para acolhimento pela família acolhedora, mediante estudo psicossocial do caso;

IX - a família acolhedora prestará informação à equipe técnica, bem como às autoridades competentes, sobre a situação da pessoa acolhida, cabendo à equipe técnica encaminhar essas informações às autoridades competentes;

X - nos casos de inadaptação, a família procederá a desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até um novo encaminhamento, determinado judicialmente;

XI - a transferência para outra família deverá ocorrer de maneira gradativa e com o devido acompanhamento;

XII - a família acolhedora receberá informações prévias com relação à estimativa do tempo de acolhimento;

XIII - a colocação em Famílias Acolhedoras será definida pela equipe de referência do Programa, por meio de análise do perfil de família mais adequado à situação da criança e adolescente;

XIV - fica vedada a participação de pessoas inseridas na lista para adoção;

XV - será indeferida a participação no programa de pessoas inscritas na lista para adoção ou com intenção declarada de adotar crianças e adolescentes; e

XVI - havendo insucesso reiterado no acolhimento poderá a família acolhedora ser considerada como inabilitada para o acolhimento, a critério da equipe técnica.

Art. 9º A inserção da família acolhedora dar-se-á mediante os seguintes critérios:

I - pessoa maior de dezoito anos, sem restrições quanto ao sexo e seu estado civil;

II - pessoa/família que não tenha interesse na adoção, apresentando declaração específica;

III - anuência de todos os membros da família;

IV - pessoa/família com residência fixa em Santa Catarina, no mínimo, há três anos;

V - motivação e disponibilidade de tempo para oferecer proteção e amor à criança e/ou adolescente;

VI - possuir estabilidade financeira com, pelo menos, um membro da família trabalhando;

VII - parecer psicossocial favorável, emitido pela equipe técnica do Programa;

VIII - participação no processo de preparação, formação e acompanhamento; e

IX - contribuição no que se refere à preparação da pessoa acolhida em futuras colocações junto à família ampliada, substituta, ou retorno à família biológica, sempre sob a orientação da equipe técnica;

§ 1º A família acolhedora atenderá somente uma pessoa por vez, salvo se grupos de irmãos, após avaliação e preparação desta.

§ 2º É responsabilidade das famílias acolhedoras exercer plenamente todos os direitos e responsabilidades legais reservadas ao guardião, como proteger a pessoa acolhida sob seus cuidados, nos aspectos fundamentais para seu desenvolvimento sadio, dando-lhe afeto e respeitando suas necessidades individuais.

§ 3º A duração do acolhimento ocorrerá de acordo com a situação apresentada sendo a duração máxima de referência de dois anos, mediante reavaliação a cada seis meses.

§ 4º A criança e adolescente e as famílias acolhedoras serão encaminhadas para os serviços sociais, ou mediante apoio da equipe técnica, tais como: creche, escola, unidade básica de saúde, centros de convivência, atividades recreativas, culturais e de lazer.

§ 5º É vedado o acolhimento de crianças com idade inferior a seis anos.

§ 6º O pedido judicial de guarda deverá ser encaminhado até sessenta dias após acolhimento, sob pena de revogação.

Art. 10 O monitoramento e a avaliação do Programa dar-se-á a cada três meses e com vistas a avaliar o alcance dos objetivos

propostos, bem como o impacto social gerado, dada sua implementação.

§ 1º Buscar-se-á avaliar sistematicamente a metodologia aplicada, o comprometimento e participação da comunidade no processo, a coparticipação da rede de atendimento estadual e particular, conforme os seguintes indicadores:

I - inclusão da criança e do adolescente em estabelecimento de ensino, sendo assegurados os acompanhamentos e encaminhamentos necessários ao caso;

II - atendimento periódico e em caráter de acompanhamento nos níveis de atuação na área da saúde (promoção, prevenção, tratamento e reabilitação);

III - inserção da criança e do adolescente em processo de acolhimento em atividades comunitárias, esportivas, de lazer, culturais e religiosas; e

IV - se todas as famílias estão correspondendo às orientações, ações desenvolvidas e encaminhamentos às políticas públicas, assegurando a provisoriedade da medida e visando o retorno da criança e adolescente a sua reinserção familiar e comunitária.

Art. 11 O término do acolhimento familiar da criança e/ou adolescente dar-se-á por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou outras medidas que se fizerem necessárias, determinadas judicialmente, por meio das seguintes estratégias:

I - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança e/ou adolescente, atento às suas necessidades; e

II - orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança após término do acolhimento, desde que assim seja o desejo das partes.

Art. 12 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, ficando o Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, se necessário, para dar cumprimento aos objetivos deste Programa.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado João Amin

*Lido no Expediente
Sessão de 08/09/15*

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento de todos a importância da participação da família no desenvolvimento de crianças e adolescentes, sendo o grande alicerce para o crescimento do ser humano.

Apesar de ser de suma importância da família na criação de crianças e adolescentes, não podemos ignorar que em muitos casos essa convivência não se dá de forma saudável, tendo que haver proteção do Estado para aqueles que tem seu direito constitucional ameaçado.

Muitas das situações que envolvem desrespeito ao direito de crianças e adolescentes são transitórias, podendo ser resolvidas através de ações desenvolvidas pelo Poder Público visando restaurar a convivência saudável.

Este Projeto de Lei visa dar à criança e adolescente que está temporariamente fora de contato com sua rede familiar, possa continuar tendo uma convivência em família para que não tenha seu desenvolvimento ainda mais prejudicado.

Pelos argumentos expostos, e pela importância do tema aqui tratado, entendo estar justificada a presente proposta legislativa, motivo pelo qual submeto aos Senhores Deputados e Deputadas e peço-lhes sua aprovação.

Deputado João Amin

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0368.8/2015

“Dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.”

Art. 1º Fica criado o Sistema Ciclovitário Estadual de Santa Catarina, integrando-o aos sistemas viários e de transportes do Estado e dos municípios catarinenses, de modo a incentivar e alcançar a utilização segura da bicicleta como veículo de transporte no atendimento às demandas de deslocamento e lazer da população.

Art. 2º Esta Lei está fundamentada nos seguintes princípios:

I - acessibilidade universal;

II - segurança nos deslocamentos das pessoas;

III - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;

IV - eficiência, eficácia e efetividade na circulação das pessoas;

V - dignidade da pessoa humana;

VI - desenvolvimento sustentável, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;

VII - integralidade em saúde; e

VIII - gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação.

Art. 3º São objetivos do Sistema Ciclovitário Estadual:

I - garantir a segurança das formas de mobilidade não motorizada;

II - proporcionar melhoria nas condições da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;

III - introduzir critérios de planejamento para implantação de vias e estruturas associadas destinadas à circulação de veículos não motorizados em rodovias estaduais;

IV - compatibilizar a mobilidade municipal com a estadual;

V - promover a integração das formas de transporte coletivo com as formas de mobilidade não motorizada;

VI - reduzir as desigualdades e promover a inclusão social;

VII - promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;

VIII - reduzir a poluição ambiental e minimizar os seus efeitos negativos;

IX - promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos das pessoas; e

X - consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

Art. 4º Constituem o Sistema Ciclovitário Estadual:

I - a rede viária para a circulação de bicicletas, incluindo a malha de ciclorrotas, ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas, com traçados e dimensões de segurança adequados, bem como sua sinalização;

II - locais específicos para o estacionamento de bicicleta, incluindo bicicletários e paraciclos;

III - sistemas de compartilhamento de bicicletas.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - ciclovia: via aberta ao uso público caracterizada como pista destinada ao trânsito exclusivo de bicicletas, separada da via pública de tráfego motorizado por meio fio ou obstáculo similar, e de área destinada aos pedestres, por dispositivo semelhante ou em desnível, que a distinga das áreas citadas;

II - ciclofaixa: via aberta ao uso público caracterizada como faixa destinada ao trânsito exclusivo de bicicletas, demarcada na pista de rolamento ou calçadas por sinalização específica;

III - faixa compartilhada ou via de tráfego compartilhado: via aberta ao uso público caracterizada como pista compartilhada com o trânsito de veículos motorizados, bicicletas e pedestres, sendo via preferencial ao pedestre quando demarcada na calçada e preferencial à bicicleta quando demarcada na pista de rolamento;

IV - ciclorrota: caminho, sinalizado ou não, que represente uma rota para o ciclista. Um trajeto mapeado para chegar ao destino final. Pode ser composta por ciclovia, ciclofaixa ou faixa compartilhada;

V - estacionamento de bicicletas: local público equipado com equipamento ou dispositivo à guarda de bicicletas a que sirva como ponto de apoio ao ciclista, podendo ser bicicletário ou paraciclo;

VI - bicicletário: espaço com controle de acesso destinado ao estacionamento de bicicletas, podendo ser coberto ou ao ar livre, e podendo contar com banheiros e vestiários, além de ponto de vendas de bebidas não alcoólicas, lanches prontos e produtos destinados à manutenção de bicicletas;

VII - paraciclo: estacionamento de bicicletas de curta duração, com suporte adequado, no qual a bicicleta possa ser atada pelo quadro.

VIII - bicicletas compartilhadas: sistemas públicos de mobilidade mediante bicicletas coletivas ou bicicletas de aluguel.

Parágrafo Único. Os bicicletários deverão ser edificados com utilização de técnicas e materiais que promovam o desenvolvimento ambiental, o aproveitamento da energia solar para aquecimento da água dos chuveiros e promoção do conforto ambiental (ventilação e insolação adequados) e locais para depósitos de lixo.

Art. 6º O Sistema Ciclovitário do Estado deverá:

I - articular o transporte por bicicleta com os sistemas de transporte de passageiros, viabilizando os deslocamentos com segurança, eficiência e conforto para o usuário;

II - implementar infraestrutura para o trânsito de bicicletas e introduzir critérios de planejamento para a implantação de ciclovias nos trechos de rodovias em zonas urbanizadas, podendo-se utilizar a faixa de domínio;

III - implementar infraestrutura para o trânsito de bicicletas e introduzir critérios de planejamento para a implantação de ciclovias, ciclofaixas ou faixas compartilhadas nas vias públicas, nos terrenos marginais às linhas férreas, nos parques e em outros espaços naturais e nas margens dos cursos d'água, respeitando a legislação ambiental em vigor;

IV - implantar ciclorrotas;

V - agregar aos sistemas de transporte coletivo infraestrutura apropriada para a guarda de bicicletas;

VI - promover atividades educativas visando à formação de comportamento seguro e responsável dos condutores de veículos automotores e ciclistas, sobretudo no uso do espaço compartilhado com as bicicletas;

VII - promover o uso da bicicleta como meio de transporte, lazer, esporte e de conscientização ecológica; e

VIII - estabelecer negociações com os Municípios com o objetivo de permitir o acesso, alojamento e transporte de bicicletas,

skate, patins e patinetes, nos componentes do sistema de transporte coletivo;

Art. 7º Nos projetos de implantação e reforma de praças, parques e espaços de uso coletivo, as empresas contratadas pelo poder público deverão contemplar o tratamento cicloviário nos acessos e no entorno próximo a eles.

Parágrafo único. Os projetos contratados para implementação de ciclorrotas, ciclovias, ciclofaixas e faixas compartilhadas deverão ser feitos, pelo menos, na escala 1:250.

Art. 8º As ciclovias, ciclofaixas e faixas compartilhadas deverão ter traçados e dimensões adequadas para a segurança do tráfego de bicicletas, possuindo sinalização de trânsito específica, não permitindo obstáculos como postes, telefones públicos e demais mobiliários urbanos.

Art. 9º Na construção e reforma de vias públicas, incluindo pontes, viadutos e túneis, as empresas contratadas pelo poder público deverão prever espaços destinados ao acesso e circulação de bicicletas.

Art. 10. O Governo do Estado poderá implantar ou incentivar a implantação de ciclovias ou ciclofaixas nos terrenos marginais aos trechos urbanos, de interesse turístico, nos acessos às zonas industriais, comerciais e institucionais.

Art. 11. São vedados nas ciclovias, ciclofaixas e faixas compartilhadas:

I - O estacionamento e o tráfego de ciclomotores e demais veículos motorizados, exceto os regulamentos pelos órgãos competentes.

II - A utilização da pista por veículos traçados por animais;

III - A utilização da pista por pedestres, exceto quando a sinalização assim o permitir;

VI - Conduta de usuários que coloquem em risco à segurança de outros cidadãos.

Art. 12. Deverão possuir locais para estacionamento de bicicletas:

I - os terminais;

II - os edifícios públicos e de uso coletivo;

III - as empresas concessionárias de serviço público;

IV - as empresas permissionárias de serviço público;

V - as empresas em parceria público-privada com a administração pública;

VI - as escolas, universidades, faculdades e centros tecnológicos estaduais; e

VII - as praças e parques.

§ 1º A segurança do ciclista e do pedestre é condicionante na escolha do local a implantação de estacionamento de bicicletas;

§ 2º A implantação e operação dos bicicletários terá controle de acesso, podendo ser executadas pela iniciativa privada, sem qualquer ônus financeiro para o Poder Público, exigindo a prévia aprovação pelo órgão estadual de trânsito.

Art. 13. As associações formalmente constituídas há mais de um ano e que tenham, dentro de sua atuação, a defesa, uso e promoção da bicicleta, são legitimadas a atuar em defesa do Sistema Cicloviário Estadual.

Art. 14. Fica permitido no Estado de Santa Catarina a implantação de projetos que promovam o uso de bicicleta compartilhada.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/15

Deputado João Amin

JUSTIFICATIVA

Sabemos que nos dias atuais um dos maiores problemas enfrentados pelas grandes cidades é a mobilidade urbana, fazendo com que o poder público precise encontrar melhores formas de incentivar o cidadão ao uso de outros meios de transporte.

E um dos modais de transporte a ser fortalecido é o Cicloviário, que além de ser ambientalmente sustentável ainda incentiva a prática de exercícios físicos.

Apesar de um grande número de habitantes fazerem uso constante de bicicletas, a grande maioria não a considera como meio de transporte do dia a dia, e isso em parte se dá pela falta de políticas públicas voltadas ao fortalecimento do uso mais efetivo desse meio de transporte

O Presente Projeto de Lei tem a intenção de inserir definitivamente a bicicleta como meio de transporte utilizado rotineiramente nos deslocamentos dos catarinenses.

Com esta breve descrição, fica justificada a presente proposta legislativa que submeto aos nobres Parlamentares para análise e deliberação.

Deputado João Amin

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0369.9/2015

“Obriga as instituições bancárias a instalarem dispositivos que inutilizam cédulas de caixas eletrônicos arrombados no estado de Santa Catarina.”

Art. 1º As instituições bancárias autorizadas a funcionar pelo banco Central do Brasil e estabelecidas no estado de Santa Catarina ficam obrigadas a instalarem dispositivos nos seus caixas eletrônicos para inutilizar as cédulas de moeda corrente depositadas no seu interior, nos casos de arrombamento, aumento da temperatura por maçarico, movimento bruto ou qualquer abertura não autorizada.

Art. 2º As instituições bancárias poderão utilizar qualquer tipo de tecnologia existente para inutilizar as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos seus caixas eletrônicos, como tinta especial colorida, pó químico, ácidos ou solventes ou qualquer outra substância ou pirotecnia, desde que não ponha em risco a integridade física dos usuários.

Parágrafo Único. Será obrigatória a instalação de placa de alerta informando a existência do referido dispositivo.

Art. 3º - O prazo para a instalação dos dispositivos de que trata o artigo 1º desta lei é de 180 (cento e oitenta) dias a partir da vigência desta lei.

Art. 4º - A fiscalização da instalação dos equipamentos será realizada pelo órgão competente do consumidor no estado de Santa Catarina, que poderá requisitar notas fiscais de venda, as quais deverão indicar os dados da agência fiscalizada e a quantidade de equipamentos de acordo com o número de caixas eletrônicos existentes nas agências ou pontos externos.

Art. 5º - O não cumprimento da presente lei ensejará a suspensão do alvará de funcionamento da instituição bancária na localidade onde for constatada a irregularidade, e a não renovação, até que seja feita a instalação nos termos do artigo 1º desta lei.

§1º. Sem prejuízo à penalidade estabelecida no caput deste artigo, as instituições bancárias que descumprirem a presente lei, estarão sujeitas às sanções estabelecidas no artigo 56 e seguintes da Lei Federal nº 8.078/90.

§2º. Será criado um selo de vistoria que será afixado quando da instalação do dispositivo em cada caixa eletrônico.

§3º. Cabe à Secretaria de Estado da Segurança Pública vistoriar a instalação, aplicar o selo de vistoria, fiscalizar sua existência e aplicar as penalidades previstas nesta lei.

Art. 6º. Fica estabelecida a multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada caixa eletrônico que estiver em funcionamento sem a instalação do dispositivo objeto do artigo 1º desta lei.

Art. 7º. As despesas decorrentes da instalação dos equipamentos necessários para o cumprimento da presente lei ocorrerão exclusivamente por conta das instituições bancárias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputado João Amin

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/15

JUSTIFICATIVA

Conforme amplamente divulgado na mídia nesses últimos anos, tem sido registrado um aumento significativo de ataques a terminais de autoatendimento nos bancos, com a utilização de explosivos para a abertura do cofre e a retirada do dinheiro.

Tentando inibir esta prática, alguns bancos tem utilizado um dispositivo de entintamento das cédulas nos equipamentos, que são acionados quando da explosão dos terminais.

Entintamento é o nome dados aos sistemas de proteção de dinheiro por tinta indelével. A proteção por tinta é considerada hoje, no mundo todo, como o meio mais seguro e eficiente de proteger o dinheiro, os negócios e a vida humana. Os criminosos rapidamente aprendem que onde existe proteção por entintamento é impossível ter acesso ao dinheiro, o que certamente, diminui a violência, protege o cidadão e garante maior segurança a todos.

Comerciantes temem cada vez mais a manutenção de caixas eletrônicos em seus estabelecimentos, tendo em vista o aumento da criminalidade e suas novas estratégias de atuação.

A existência dos caixas eletrônicos é uma facilidade aos consumidores. No entanto, a insegurança gerada pelas frequentes explosões e roubos a esses terminais de autoatendimento, principalmente no comércio em geral, tem feito com que essas máquinas sejam retiradas dos locais, o que, por certo, é um retrocesso. Além disso, muitos foram os cidadãos feridos com as investidas criminosas de explosões, sem falar nos evidentes prejuízos aos consumidores e agências bancárias.

Além dos danos materiais ocasionados pelas explosões nos prédios públicos, privados e residenciais, alguns cidadãos já foram feitos reféns e até utilizados como escudo humano, sendo imprescindível adotar medidas concretas de segurança para se evitar que vidas sejam ceifadas pela ação dos criminosos.

Desta forma, o presente Projeto de Lei tem por finalidade auxiliar na diminuição das explosões e assaltos a caixas eletrônicos, com vistas à segurança de todos os cidadãos.

Por estas razões, submeto aos Senhores Deputados e Deputadas o presente Projeto de Lei.

Deputado João Amin

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0370.2/2015**Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristã Real Esperança, com sede no Município de Balneário Camboriú.**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã Real Esperança, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado João Amin

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/15

JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente Cristã Real Esperança com sede no município de Balneário Camboriú desenvolve relevante trabalho social que beneficia a comunidade daquela cidade.

Em novembro de 2011 foi reconhecida como de utilidade pública pelo Município de Balneário Camboriú.

É importante ressaltar que a Associação Beneficente Cristã Real Esperança desenvolve uma série de atividades gratuitas em prol da sociedade, dentre as quais podemos destacar o atendimento diário, matutino e vespertino, de crianças que ali tem uma gama de serviços postos ao seu dispor, além de fornecer alimentação no período em que lá estão.

A Associação tem como um dos mais importantes objetivos a busca por uma sociedade cada vez mais digna e feliz, buscando a união democrática de todos para o encontro de um resultado comum.

Por estas razões, submeto aos Senhores Deputados e Deputadas o presente Projeto de Lei.

Deputado João Amin

*** X X X ***

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 0017.7/2015

"Acrescenta os parágrafos 7º e 8º ao artigo 128 da Constituição do Estado de Santa Catarina."

Art. 1º Ficam acrescidos ao artigo 128 da Constituição do Estado de Santa Catarina com a seguinte redação:

"Artigo 128

§ 7º O Estado poderá firmar convênio com os municípios, incumbindo estes de prestar informações e coligir dados, em especial os relacionados com o trânsito de mercadorias ou produtos, com vistas a resguardar o efetivo ingresso de tributos estaduais nos quais tenham participação, assim como o Estado deverá informar os dados de operações com cartões de crédito e débito às municipalidades, para fins de fiscalização e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, como disposto no artigo 199, do Código Tributário Nacional.

§ 8º A disponibilização das informações, de que trata o parágrafo anterior, para os municípios ocorrerá mensalmente e de forma continuada, por meio eletrônico, contendo o rol de todas as operações com cartões de crédito e de débito ocorridas em seus respectivos territórios, no período do mês anterior, devendo, explicitar, para cada administradora de cartões, os nomes dos prestadores de serviços e os valores de suas operações discriminadas

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado João Amin

Deputado Gabriel Ribeiro

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Patrício Destro

Deputado Romildo Titon

Deputado Cleiton Salvaro

Deputado Darci de Matos

Deputado Manoel Mota

Deputado Dalmo Claro

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Neodi Saretta

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Natalino Lázare

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Aldo Schneider

Deputado Mário Marcondes

Lido no Expediente

Sessão de 08/09/15

JUSTIFICATIVA

Temos acompanhado as dificuldades enfrentadas pelos municípios no que tange as suas receitas. Em sentido inverso as despesas aumentam gradativamente.

Sabemos que os municípios não conseguem executar todas as possibilidades arrecadatórias, seja pelo desconhecimento, seja pela carência de adequada estrutura funcional.

Uma dessas possibilidades é o recolhimento do ISS sobre as despesas feitas com cartões, visto que os bancos e operadoras de cartão de crédito recolhem esse tributo em município em que tem sede, não aonde a transação comercial foi feita. Geralmente, essas empresas tem sede em municípios com alíquotas mais baixas para essa atividade.

De acordo com o Decreto-Lei nº e a Lei Complementar nº 116/03, os municípios tem direito ao ISS incidindo sobre as operações com cartões ocorridas em seu território, onde se localizam os tomadores dos serviços concernentes, que são os comerciantes e prestadores de serviço que se valem da modalidade para facilitar suas transações.

O direito que cada ente municipal de exigir o ISS sobre os valores dos serviços prestados na cobrança das contas de terceiros sediados em seu território (local da transação comercial) é matéria já pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Para exemplificar a importância da presente Proposta de Emenda a Constituição, é importante frisarmos que as administradoras de cartões subtraem dos estabelecimentos contratantes do seu serviço de intermediação, dependendo de variáveis, comissão que varia entre 2% a 7% de cada transação.

Assim sendo, toda vez que há uma transação com cartão, é cobrada comissão pela administradora que está prestando um serviço naquele município, essa administradora recolherá o ISS no município em que tem sede, ignorando o direito do município aonde o serviço foi prestado. Resumindo, o ISS é devido no município aonde se localiza o comerciante ou prestador de serviço, pois foi ali, efetivamente, que se deu a prestação do serviço, fato gerador do ISS.

Embora nos seja simples de compreender a sistemática adotada, a realidade é que os municípios não tem conseguido arrecadar o ISS incidente sobre o serviço cobrado pelas administradoras, pela dificuldade de obter os dados das operações ocorridas.

Em função da informatização essa dificuldade pode ser superada, pois a Secretaria de estado da Fazenda tem controle das operações com cartões, com objetivo de evitar a sonegação de ICMS. E são essas informações que os municípios necessitam para conhecer a totalidade das transações ocorridas em seu território, com base nessas informações, tomar as providências para recuperar os créditos que lhe são devidos.

É importante ainda ressaltarmos que a disponibilização dessas informações da Secretaria de Estado da Fazenda aos municípios é expressamente prevista no artigo 37, inciso XXII da Constituição Federal, bem como no artigo 199 do Código Tributário Nacional.

Pelos argumentos expostos entendo estar justificada a presente proposta de alteração constitucional, motivo pelo qual submeto aos Senhores Deputados e Deputadas a presente Proposta de Emenda à Constituição, e peço-lhes sua aprovação.

Deputado João Amin

Deputado Gabriel Ribeiro

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Patrício Destro

Deputado Romildo Titon

Deputado Cleiton Salvaro

Deputado Darci de Matos

Deputado Manoel Mota

Deputado Dalmo Claro

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Neodi Saretta

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Natalino Lázare

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Aldo Schneider

Deputado Mário Marcondes

*** X X X ***